



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 010

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 08 DE MARÇO DE 2004

ANO XXIX

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO
Presidente - PSDB

NATÁLIO STICA
1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS
3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA
1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO
2º Secretário - PSL

CLEITON KIELSE
3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA
4º Secretário - PSB

EDSON PRACZYK
5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Ângelo Vanhoni</i>
<i>Líder da Oposição</i>	<i>Durval Amaral</i>
<i>PTB</i>	<i>Carlos Simões</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i>	<i>Ademar Traiano</i>
<i>PMDB</i>	<i>Antonio Anibelli</i>
<i>PPB</i>	<i>Duílio Genari</i>
<i>PT</i>	<i>Elton Carlos Welter</i>
<i>PDT</i>	<i>Neivo Beraldin</i>
<i>PSL</i>	<i>Luiz Carlos Martins</i>
<i>PL</i>	<i>Chico Noroeste</i>
<i>PPS</i>	<i>Marcos Isfer</i>
<i>PSB</i>	<i>Doutor Luciano</i>

Representação Partidária

PMDB - 11: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - José Maria Ferreira - Nereu Moura - Rafael Greca - Vanderlei Iensen; PT - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; PSDB - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Nelson Tureck - Nelson Garcia (em licença) - Valdir Rossoni; PFL - 06: Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; PDT - 04: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 04: Cida Borghetti - Duílio Genari (em licença) - Fernando Ribas Carli - Miltinho Pupio; PTB - 03: Ailton Araújo - Carlos Simões - Jocelito Canto; PPS - 03: Arlete Caramês (em licença) - Felipe Lucas - Marcos Isfer - Waldir Leite; PSB - 03: Doutor Luciano - Ratinho Júnior - Reni Pereira; PL - 03: Chico Noroeste - Mauro Moraes - Pastor Edson Praczyk; PSL - 02: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins.

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
15ª LEGISLATURA
ATA DA 008ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
8 DE MARÇO DE 2004**

(segunda-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Nereu Moura e Antonio Anibelli.

À hora regimental foi registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Hermas Brandão, Natálio Stica, Augustinho Zucchi, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Cleiton Kielse, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, André Vargas, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Doutor Luciano, Durval Amaral, Elio Rusch, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Felipe Lucas, Fernando Ribas Carli, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Neivo Beraldin, Nelson Justus, Nelson Tureck, Padre Paulo Campos, Pedro Ivo Ilkiv, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni, Vanderlei Jensen e Waldir Leite (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos, comunicando que, conforme requerimento aprovado de autoria das senhoras deputadas: Elza Correia, Luciana Rafagnin e Cida Borghetti, destino o Grande Expediente da Sessão Ordinária para a comemoração do Dia Internacional da Mulher.

Composição da Mesa: Exmo. vice-governador, ex-deputado estadual, nosso companheiro por mais de vinte anos, Orlando Pessuti; Exma. desembargadora Regina Portes; Exmo. chefe da Casa Civil e deputado estadual, Caíto Quintana; Exmo. secretário da Justiça, Aldo Parzianello; Exmo. deputado Nereu Moura, 1º secretário desta Casa e Exmo. deputado Antonio Anibelli, 2º secretário desta Casa.

Convido os presentes a ouvirem o Hino Nacional Brasileiro, a ser cantado por Maria Madalena Martins Alves, com o acompanhamento do músico Vicente Henrique Neves.

(É executado o Hino Nacional)

Concedo a palavra à senhora deputada Elza Correia e posteriormente à deputada Luciana Rafagnin, para que façam a homenagem a todas as mulheres que hoje visitam esta Casa e todas as mulheres do nosso querido Estado do Paraná.

A SRA. ELZA CORREIA

Senhor presidente, autoridades já nominadas, companheiras que aqui se fazem presentes.

Cheguei agora a pouco, coisa de dez minutos, de Londrina, dando conta das atividades da nossa região também e vim pensando durante o voo, o que poderíamos falar hoje, neste momento importante para as mulheres. Saúdo a todas sem exceção, aquelas que estão aqui e as que não puderam vir. Vejo ali a minha companheira de viagem a Cuba Gleis Hoffman, por quem tenho um grande carinho e consideração, assim como as demais companheiras presentes. Agradecemos também aos deputados que se fazem presentes nessa Sessão, demonstrando assim o seu respeito e consideração a essas atividades das mulheres, no 08 de março.

Rascunhei alguma coisa pensando no seguinte: assim como Martin Luther King disse ao mundo de forma contundente, em alto e bom tom “Eu tenho um sonho. O sonho de acabar com o apartheid. Da igualdade e da solidariedade entre todos os homens, brancos ou negros. O fim do preconceito racial.” Ele tinha um sonho. Muitos têm sonhos. Ainda hoje sucessores daquele grande herói da luta anti-racial buscam esse ideal, apesar dos avanços, está quase tido por ser feito.

Nós, as mulheres, apesar dos avanços, brasileiras e de todo o mundo, também temos sonhos. Há décadas, há séculos bradamos aos quatro cantos, ao vento, aos continentes do nosso planeta e aqui no Brasil, quais são esse sonhos. Avançamos, é verdade, avançamos consideravelmente principalmente no último século parece tão distante mas foi ainda ontem, o século das mulheres ainda, sem dúvida nenhuma, às mulheres que participam do movimento pela igualdade no nosso País e no mundo, sabem o que representou o século passado.

Quais são os nossos sonhos? Sonhamos com igualdade de oportunidade e equidade entre os gêneros; sonhamos entrar, em caráter definitivo, na humanidade visível; sonhamos desmentir mitos e reinventar as relações humanas; sonhamos em sermos mais ouvidas e mais respeitadas; sonhamos em ver erradicada a violência contra a mulher, essa mazela que envergonha a humanidade. Ainda hoje 70% da violência contra as mulheres, acontece dentro de casa, praticada por seus companheiros e na presença das crianças; sonhamos com o índice zero de mortalidade materna, como já existe em Cuba e com uma política efetiva de Saúde para todas as mulheres; sonhamos que o direito à prevenção de câncer de mama e colo uterino também atinja igualmente a todas as mulheres do planeta; sonhamos com salários iguais por trabalhos iguais; sonhamos com um novo Código Penal ainda mais avançado e que nele seja impresso o

resultado de nossas lutas e reivindicações; sonhamos com as garantias constitucionais que todas as mulheres trabalhadoras, no campo e na cidade, têm direito; sonhamos que um dia não precisaremos mais de cotas para compormos chapas nos Partidos políticos, nem por programas de casa própria, nem nos programas de capacitação. Entendemos se tratar, evidentemente, de ações positivas mas não é agradável às mulheres brasileiras terem que se submeter ao sistema de cotas; sonhamos que nossas crianças, nossas meninas, saiam definitivamente das vergonhosas estatísticas de situação de risco e de prostituição infantil; sonhamos com o dia em que não serão mais necessárias delegacias de mulheres, nem casas de abrigos para nos defender do risco de morte; sonhamos que a humanização nas relações profissionais entre homens e mulheres; sonhamos que um dia todos os governos constituídos, sem que precisemos pedir, sem que tenhamos que exigir; incluam em suas políticas o recorte de gênero; sonhamos com o fim das diferenças salariais entre mulheres brancas e mulheres negras; sonhamos com um mundo que entenda e perceba indispensável a formal feminina na construção da democracia. E temos outros, muitos outros sonhos!

Se estamos aqui hoje, todos nós, homens e mulheres, é possível que estejamos aqui porque todos temos os mesmos sonhos. Então, como disse o poeta, temos a grande possibilidade que eles se tornem realidade!

Mas companheiros e companheiras: não nos iludamos, eles não se tornarão realidade apenas porque desejamos ou através de leis mas se tornarão realidade através do resultado de nosso trabalho de nossa insistência, de nossa persistência, de nossa competência, de nossa coragem quebrando paradigmas e destruindo retrocessos. Se tornarão realidade se mais e mais mulheres se inserirem no processo através da organização e ocuparem muito bem às brechas do sistema.

Nós somos mais da metade da população brasileira e mães da outra metade, nós somos mais da metade dos eleitores brasileiros, nós somos já quase 45% da população economicamente ativa, a cada quatro famílias uma já é chefiada por mulher. Então nós poderemos, sim, se nos conscientizarmos disso, termos o comando das mudanças necessárias para que sejamos mais felizes.

Estes sonhos se tornarão realidade quando mais e mais mulheres entenderem que devemos participar do universo público que ele não é reserva masculina e que nossas idéias, propostas e sugestões contam sim na construção da democracia e de uma nova Ordem Social.

Por isso estamos aqui hoje, por isso estaremos amanhã, depois de amanhã, por isso estaremos todos os dias até nosso último dia como estiveram aquelas mulheres que nos antecederam na luta.

Companheiras, devemos acreditar que mesmo parecendo às vezes tão distante, tão difícil, quase impossível, temos que acreditar que todos os dias também são nossos. Desejamos e devemos primeiro nos auto convencer, introjetar em nós essa possibilidade e como tarefa

convencermos um número cada vez maior de mulheres de que não haverá democracia sem o respeito as nossas diferenças. Sim nós somos diferentes, mas não podemos permitir que essas diferenças continuem sendo obstáculos para o nosso progresso e o nosso desenvolvimento.

Na democracia o respeito faz toda a diferença. Devemos interromper a reprodução da ideologia machista na educação dos meninos e das meninas. É certo que nós mulheres não somos sozinhas responsáveis pela educação das nossas crianças, os homens também são, o Estado também é. Mas como mães ficamos um grande período com as nossas crianças e aí temos oportunidade de movermos a roda da história na direção que queremos e criarmos meninos e meninas para um futuro melhor de respeito e consideração. Temos que interromper esse processo de criarmos os homens para o mando e as meninas para a subalternidade. E depois quando viramos gente grande temos tendência a dizer que os homens são culpados.

Não estamos dizendo que os homens são os vilões da história. Estamos, aqui, para dizer que homens e mulheres juntos devem começar a escrever uma nova história. Devemos continuar repudiando as atitudes preconceituosas que tentam desqualificar as ações das mulheres das mais diferentes esferas e áreas. Devemos nos unir aos homens de boa vontade e nos contribuir para a construção desse novo momento verdadeiramente solidário onde todos seremos mais felizes com certeza absoluta.

Nenhuma de nós que está aqui, e que faz parte do movimento de mulheres lutamos para subir em pódio algum. Não queremos troféu algum. Queremos apenas termos igualdade de oportunidade na construção desse novo momento. Ninguém quer dançar valsa nenhuma sozinha, mas queremos ter o direito de fazer parte dessa nova composição, dessa nova valsa de dançar com os nossos companheiros uma música construída por nós, homens e por mulheres. Devemos finalmente, a cada novo dia, acreditar e reproduzir ações e atitudes de auto confiança que são indispensáveis nesse processo. Não devemos nos iludir: a estrada é longa e árdua, mas só abandonaremos o front, e aqui vai um recado - quando não tivermos mais que comemorar o 08 de março como o Dia Internacional da Mulher, porque finalmente todos os dias serão nossos dias. Enquanto isso não acontece, vamos continuar sonhando, sonhando, mas fundamentalmente vamos continuar lutando, lutando, lutando.

Queria dizer que o deputado Jocelito Canto me passa uma lei de sua autoria que institui o Prêmio Jornalismo na Assembléia Legislativa para ser outorgado no dia 08 de março, Dia Internacional da Mulher. Existem inúmeras leis, a maioria delas nas Câmaras de Vereadores, Câmara Federal, Senado e inúmeras Assembléias Legislativas; nós aprovamos leis que depois elas não se produzem em realidade. É preciso prestarmos atenção

nisso, e sem dúvida nenhuma, esse é um grande momento da Assembléia Legislativa.

Queremos agradecer ao nosso presidente por ter oportunizado este espaço. Dizer que lamentamos profundamente a ausência de duas companheiras: da Cida Borghetti, que está com o irmão doente e teve que viajar para a cidade onde ele se encontra; e da Arlete Caramês que está em licença de saúde. mas dizer que a presença de todos vocês aqui é um estímulo muito importante para acreditarmos que nós podemos sim, que nós devemos sim, que nós viveremos sim, uma sociedade mais justa, mais igualitária, mais equânime, mais feliz. Mas isso só vai acontecer quando homens e mulheres entenderem que na construção desse novo momento, a presença de cada um é indispensável.

Feliz Dia Internacional da Mulher e que todos os dias de fato possam ser nossos dias também.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Concedo a palavra a Exma. deputada Luciana Rafagnin.

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN

Senhor presidente, demais autoridades que compõem a Mesa, senhoras e senhores aqui presentes. De uma maneira especial queria saudar todas as mulheres pelo nosso dia, pelo Dia Internacional da Mulher.

Cumprimento minha mãe que assiste a Sessão. Com o mesmo carinho quero cumprimentar a todos que estão aqui.

Dizer para vocês que neste dia - dia marcado pela luta, pelo luto e por muitas conquistas, é uma alegria poder estar aqui e fazer essa reflexão sobre o que representa para nós o dia 8 de março. Não foi em vão o sangue e a vida daquelas 129 mulheres que morreram queimadas na busca de seus direitos, na busca de salários mais justos, na busca de uma jornada menor de trabalho, porque também eram humanas, tinham famílias e precisavam também se dedicar a elas.

Quando falamos deste dia 8 de março, como um dia de luto, é por essas mulheres e por tantas outras que deram seu sangue, deram suas vidas para que nós hoje pudéssemos estar aqui, para que pudéssemos estar ocupando o nosso espaço na sociedade.

Lembro aqui um pouco da história, a Organização de Mulheres que começou ainda no final do século XVIII, se fortaleceu um pouco mais no século XIX, mas esse é um momento mais forte, foi mesmo marcado pela sua organização aqui no nosso país e foi no século XX.

Um dos grandes motivos que levaram as mulheres brasileiras a se organizar, a buscar organização, foi ainda pelo direito de estudar, em 1970, quando não tínhamos ainda esse direito, o direito de estudar, depois o direito de exercer a nossa profissão. É uma coisa que consideramos hoje tão normal, natural, e às vezes não lembramos das mulheres que lutaram, que foi necessário toda uma orga-

nização para que hoje pudéssemos exercer a nossa profissão. Exercer os nossos direitos com mais tranquilidade, embora ainda temos muito a fazer.

Na política, foi uma luta muito grande. Lembramos a conquista do voto em 1932, mas também lembramos que a primeira prefeita eleita foi ainda em 1828, no Rio Grande do Norte. Isso também foi uma conquista. Imaginamos nós agora lá em 1828, quando a mulher no Brasil ainda não tinha direito a voto, no Rio Grande do Norte foi a primeira conquista do voto, não só de votar, mas também de ser votado e elegemos então a primeira mulher prefeita ainda em 1928.

Mas, mesmo assim, estamos muito longe de ser aquele país que inclui as mulheres realmente na política. O Brasil ainda é um campo largo excludente das mulheres na política.

Dos 513 deputados federais, temos 43 mulheres. Dos 81 senadores, apenas 9 são mulheres. No Poder Legislativo a nas Assembléias Legislativas, as mulheres representam apenas 12,5% e nas Câmaras de Vereadores essa porcentagem ainda é um pouco menor, temos 11,7% que são mulheres, nas Câmaras de Vereadores. Menos de 6% exercem o Poder Executivo. Isto demonstra para nós, mulheres, que a política ainda é um tabu, para nós, mulheres. E ainda é um grande desafio, que precisamos enfrentar, precisamos participar mais.

Sinto que hoje, além da política, temos muitas outras conquistas a obter. Se pegarmos a situação da mulher no Brasil, hoje, vemos a situação de que as mulheres constituem 30% como chefes de família. Mas, ganham em média apenas 65% do valor de salário dos homens. No Brasil, as mulheres, 35,3% possuem 8 anos a mais de escolaridade, diante de 32,2% dos homens. O que não implica na melhoria das condições salariais das mulheres. A jornada de trabalho das mulheres que estão no mercado formal é uma jornada de 66 horas. Além das condições a que são submetidas, muitas mulheres enfrentam a dupla jornada de trabalho, porque assumem, além do emprego fora de casa, a responsabilidade integral pelas tarefas domésticas e o cuidado com os filhos.

E a situação das mulheres negras é mais grave, pois chegam a receber salários que representam a metade do valor recebido por uma mulher branca.

Na agricultura não é diferente. As mulheres são 33% da força de trabalho na agricultura, na condição de não remuneradas. O acesso ao crédito é muito difícil. Existe uma luta muito grande e nós precisamos nos somar pela valorização da mulher agricultora.

A cada quatro minutos, uma mulher é vítima de algum tipo de agressão, em distintas classes sociais. Das mulheres pesquisadas em 2001 pela Fundação Perseu Abramo, 43% são marcadas por um tipo de violência física, 27% de violência psíquica e 11% de assédio sexual. E a cada quinze segundos, uma mulher é violentada no Brasil, conforme a pesquisa feita em 2001, pela Fundação Perseu Abramo.

No Brasil, 20% dos partos são de meninas e jovens entre 10 a 19 anos. Então, percebemos que embora este é um dia em que comemoramos muitas conquistas, temos muito a fazer. Este é o desafio para todas nós, mulheres, neste dia. Este dia importante, neste dia marcado para o Dia Internacional da Mulher.

Aproveito este momento para dizer a vocês e falando um pouco da violência, temos um projeto que apresentamos nesta Casa de Leis, e este projeto encontra-se na CCJ e ele pede um atendimento especial à mulher, que tenha uma linha 0800, que tenha um “disque denúncia” junto à Secretaria da Segurança, para que as mulheres, crianças e adolescentes possam fazer suas denúncias. Mulheres que sofrem algum tipo de violência possam fazer sua denúncia, sem precisar se identificar. Que elas possam ter essa segurança.

Esperamos que neste mês de março, quando comemoramos o Dia Internacional da Mulher, que possamos ver aprovado, nesta Casa, esse projeto, que com certeza vai aliviar a dor ou as dores de muitas mulheres que passam por algum tipo de violência.

Parabéns, mulheres, pelo nosso dia! Parabéns aos homens que apóiam e entendem a importância da participação da mulher. A mulher, realmente, que não se acomoda diante das injustiças. Esta mulher merece nossos parabéns. Esta mulher que luta, que sonha, e que busca um mundo melhor, com certeza está traçando e marcando a história do nosso País. Está fazendo do nosso País o melhor para se viver, está ajudando a construir uma nova sociedade, mais justa, mais humana e igualitária. É por um mundo de paz que nos organizamos. É por um mundo de paz que estamos aqui, hoje. E é por esse mundo de paz que precisamos estar nas ruas e buscando um mundo melhor.

Muito obrigada, senhor presidente, senhoras e senhores deputados, senhoras convidadas.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Convido as deputadas Elza Correia e Luciana Rafagnin para receberem, da mão do secretário chefe da Casa Civil, deputado Caíto Quintana, o decreto que cria o Conselho Estadual da Mulher do Paraná.

(**Procede-se a entrega do decreto**)

O SR. CAÍTO QUINTANA

Senhor presidente, senhoras e senhores componentes da Mesa, deputadas e deputados, senhoras e senhores.

Em rápidas palavras apenas queria transmitir a alegria de participar desse evento, e trazer o decreto assinado hoje pela manhã pelo governador Requião, restituindo o Conselho da Mulher no Estado do Paraná, composto por 46 conselheiras, que terá indiscutivelmente o apoio do Governo do Estado, de todas as suas Secretarias, principalmente da Secretaria da Justiça e da Casa Civil, para que esse Conselho possa efetivamente desen-

volver atividades que fortaleçam os direitos da mulher no Estado do Paraná.

O governador Requião só não está aqui nesta tarde em razão de compromissos em Brasília, onde tem audiência com autoridades governamentais, mas fez questão que estivéssemos, inclusive presente o vice-governador Orlando Pessuti, presente também o secretário da Justiça, Aldo Parzianelo, presente o assessor especial do Governo, o Godoy, e todos aqueles que vêm com um único objetivo: dizer a vocês parabéns pela data, e como disseram as nossas oradoras, a luta pela conquista do direito de igualdade estabelecido na própria Constituição Nacional e Estadual é uma luta constante, mas indiscutivelmente ela será alcançada. Parabéns a todas as mulheres pelo seu dia.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Convido a deputada Cida, para que em nosso nome, entregue às deputadas Elza Correia e Luciana Rafagnin um ramalhete de flores pelas suas lutas junto à deputada Cida Borghetti e a deputada Arlete Caramês pela criação do Conselho Estadual da Mulher do Paraná.

Teremos agora mais uma apresentação musical da cantora Maria Madalena Martins Alves, que nos orgulha muito com a sua presença hoje nesta Casa.

(**Apresentação musical**)

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Quero participar a todos os parlamentares que logo após esta Sessão Solene teremos a Sessão Ordinária.

Encerrando, quero agradecer a presença das autoridades que nos honraram com suas presenças e ouvir uma poesia que será recitada pelo deputado Tadeu Veneri e logo após declaro encerrada a presente Sessão.

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN (**Pela Ordem**)

Quero convidar a todos para comparecer no plenário desta Casa, pois a Associação “Amigas da Mama” está lá, passando vídeos e fazendo um lançamento de um manual de orientação do câncer de mama. Gostaria que todos prestigiassem.

Muito obrigada!

O SR. TADEU VENERI

Tenho a oportunidade de, na verdade, relatar a todos um pequeno texto, o qual comentei com as deputadas desta Casa na quarta-feira e achamos muito bonito. Diz muito respeito a nossa vida, ao nosso dia-a-dia. Parece-me que este texto também é uma homenagem a todas as nossas companheiras.

(**Lê**):

“Peça para um homem descrever um mulherão e ele, imediatamente, vai falar do tamanho dos seios, da medida da cintura, do volume dos lábios, das pernas, do

bumbum, da cor dos olhos ou vai dizer que mulherão tem que ser loira, 1,80, siliconada, sorriso “colgate”. Mulherão dentro desse conceito não existem muitas: Vera Ficher, Malu Mader, Letícia Spiller, Adriane Galisteu, Lumas e Brunas.

Agora, pergunte para uma mulher o que ela considerava um mulherão e você vai descobrir que tem uma em cada esquina.

Mulherão é aquela que pega dois ônibus para ir ao trabalho e mais dois para voltar e quando chega em casa encontra um tanque lotado de roupa e uma família morta de fome.

Mulherão é aquela que vai de madrugada para a fila para garantir a matrícula dos filhos na escola e é aquela aposentada que passa horas em pé nas filas de bancos buscar pensão de R\$100,00 (cem reais).

Mulherão é aquela empresária que administra dezenas de funcionários de segunda a sexta e uma família todos os dias da semana.

Mulherão é quem volta do supermercado segurando várias sacolas depois de ter feito malabarismo com o orçamento.

Mulherão é quem leva os filhos na escola, busca os filhos da escola; leva os filhos na nataçao, busca os filhos da nataçao; leva os filhos para cama; conta história; dá um beijo e apaga a luz.

Mulherão é aquela mãe de adolescente que não dorme enquanto ele não chega e que de manhã bem cedo já está em pé esquentando o leite.

Mulherão é quem leciona em troca de um salário mínimo; é quem faz serviços voluntários; é quem colhe uvas; é quem opera pacientes; é quem lava roupa para fora; é quem cozinha feijão e à tarde trabalha atrás de um balcão.

Mulherão é quem cria os filhos sozinha; quem dá expediente de oito horas; enfrenta menopausa, TPM e menstruação.

Mulherão é quem sabe onde cada coisa está, o que cada filho sente e qual o melhor remédio para azia.

Lumas, Brunas, Carlas, Luanas, Sheilas, mulherão nota 10 no quesito de morrer, mas mulherão é quem mata um leão por dia”.

Esse é o conceito que acho que nós todos devíamos ter de mulherão!

Obrigado a todos!

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Agradeço, mais uma vez, a presença de todos e declaramos encerrada a presente Sessão.

Suspende-se a Sessão por cinco minutos para os cumprimentos.

Reaberta a Sessão Ordinária.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagem:

MENSAGEM Nº 006/2004

Curitiba, 02 de março de 2004.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que, em obediência e conformidade com os mandamentos contidos na Emenda nº 41, de 31 de dezembro de 2003, à Magna Carta da Nação, visa definir limites remuneratórios e forma de cálculo para contribuições previdenciárias dos servidores ativos, inativos e pensionistas, inclusive militares, magistrados, membros do Ministério Público e do Tribunal de Contas do Estado.

A medida legal ora proposta é indiscutivelmente oportuna e necessária a fim de dotar a administração estadual da necessária instrumentação legal no sentido de cumprir dispositivos da Constituição Federal, que recentemente foram objeto de modificações por emenda promulgada pelo Congresso Nacional.

O anexo Parecer nº 21/2004, da Procuradoria Geral do Estado, cujos argumentos, muito bem fundamentados e por mim acolhidos, consubstanciam detalhada justificativa no sentido da necessidade de adoção da medida ora proposta.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

ESTADO DO PARANÁ
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
PROCURADORIA FISCAL

Interessado: Secretaria de Estado da Fazenda

PARECER Nº 21/2004-PGE

EMENTA:

Contribuição Previdenciária. Fixação de Alíquota. Edição de Lei Ordinária. Necessidade.

Prezada Procuradora Chefe:

01 - Cumpre inicialmente esclarecer, que a presente manifestação está sendo efetivada na forma de abreviada, em razão da urgência solicitada verbalmente (em data de 12.01.2004).

Assim, o subscritor deixa de exarar Parecer técnico mais aprofundado, eis que para confecção do mesmo, seria necessária extensa pesquisa e com dispêndio de tempo, de forma a possibilitar uma análise de maior pro-

fundidade no que toca à matéria em discussão, o que, pela solicitação havida, é inviável para o momento.

02 - A questão posta vincula-se à necessidade de viabilizar a cobrança da contribuição previdenciária no Estado, face ao que foi disposto na Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, considerando-se a mesma auto-aplicável ou não.

A Emenda Constitucional nº 41 alterou o artigo 149 do texto constitucional da seguinte maneira:

“Art. 149 - Compete exclusivamente à União instituir contribuições sociais, de intervenção no domínio econômico e de interesse das categorias profissionais ou econômicas, como instrumento de sua atuação nas respectivas áreas, observado o disposto nos artigos 146, III, 150, I e III, e sem prejuízo no artigo 195, parágrafo 6º, relativamente às contribuições a que alude o dispositivo.

§ 1º - Os estados, o Distrito Federal e os municípios instituirão contribuição, cobrada de seus servidores, para o custeio, em benefício destes, do regime previdenciário de que trata o artigo 40, cuja alíquota não será inferior à da contribuição dos servidores titulares de cargos efetivos da União.

§ 4º - A lei definirá as hipóteses em que as contribuições incidirão uma única vez”.

Deste modo, a Constituição Federal estabeleceu parâmetro a ser adotado para fixação de alíquota, e que deverá ser observado pelos Estados Federados, consistente em quantitativo não inferior à contribuição dos servidores titulares de cargos efetivos da União.

A União Federal, através da Lei nº 9783, de 28 de janeiro de 1999, fixou a alíquota da contribuição social, da seguinte maneira:

“Art. 1º - A contribuição social do servidor público civil, ativo e inativo, e dos pensionistas dos três poderes da União, para manutenção do regime de previdência social dos seus servidores, será de onze por cento, incidente sobre a totalidade da remuneração de contribuição, do provento ou da pensão.

...”

Em que pese a existência da ADIN nº 2010-DF, a inconstitucionalidade aventada restringiu-se tão somente a incidência da contribuição sobre os servidores inativos¹, pelo que, a alíquota adotada permanece em vigor.

Neste passo, importante destacar que, o texto constitucional adota a expressão “alíquota”, o que denota a preocupação do legislador em vincular o procedimento com alíquota única, tal igual ao adotado pela União Federal.

1. O Tribunal, por unanimidade, deferiu o pedido de medida cautelar, para suspender, até a decisão final da ação direta, no *caput* do artigo 1º da Lei nº 9.783, de 28.11.1999, a eficácia das expressões “e inativo, e dos pensionistas” e “do provento ou da pensão”. Vide texto da liminar no extrato do acompanhamento processual em anexo.

No Estado do Paraná, através da Lei Estadual nº 12398, de 30 de dezembro de 1998, a cobrança da contribuição previdenciária foi instituída com alíquotas diferenciadas (10% e 14%, dependendo da faixa salarial), estando, entretanto sua eficácia suspensa, pela decisão cautelar promovida na ADIN nº 2.158.²

Deste modo, para atendimento do comando inserido no texto constitucional, o Estado do Paraná deverá adotar alíquota única, em percentual não inferior a 11% (onze por cento), que é adotado pela União, nos termos do artigo 1º, da Lei Federal nº 9.783/99.

Pois bem, a questão de fundo da referida consulta, consiste em saber se o dispositivo constitucional seria auto-aplicável ou não.

Se auto-aplicável, bastaria a edição de um Decreto Estadual adotando-se a alíquota federal para cobrança da contribuição social previdenciária, e regulamentando a matéria.

Outrossim, na hipótese de não ser auto-aplicável o referido dispositivo constitucional, seria necessária a edição de uma Lei Estadual que fixasse a nova alíquota a ser aplicada.

A Constituição Federal, neste particular, prevê o seguinte:

“Art. 5º - Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

...”

II - ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei;”

“Art. 145 - A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão instituir os seguintes tributos:

...”

“Art. 146 - Cabe à lei complementar:

...”

III - estabelecer normas gerais em matéria de legislação tributária, especialmente sobre:

a) definição de tributos e de suas espécies, bem como, em relação aos impostos discriminados nesta Constituição, a dos respectivos fatos geradores, bases de cálculo e contribuintes;

...”

2. Decisão: O Tribunal, por unanimidade, deferiu a suspensão cautelar das expressões impugnadas, contidas nos artigos 69, inciso I, 78, incisos I e II; e 79, da Lei nº 12.398, de 30 de dezembro de 1998, bem como dos artigos 1º, 2º, 3º, parágrafo único; 4º, incisos I e II; 5º e parágrafos 2º, 3º, 7º e 12 do Decreto nº 721, de 11 de maio de 1999, todos do Estado do Paraná. E julgou prejudicado os pedidos cautelares aos artigos 28, inciso I; 78, parágrafo 1º, b e c, da mesma lei estadual, nos termos do voto do Relator”. Vide texto da liminar no extrato do acompanhamento processual em anexo.

“Art. 149 - Compete exclusivamente à União instituir contribuições sociais, de intervenção no domínio econômico, como instrumento de sua atuação nas respectivas áreas, observado o disposto nos artigos 146, III, 150, I e III, e sem prejuízo do previsto no artigo 195, parágrafo 6º, relativamente às contribuições a que alude o dispositivo.

§ 1º - Os Estados, o Distrito Federal e os municípios instituirão contribuição, cobrada de seus servidores, para o custeio, em benefício destes, do regime previdenciário de que trata o artigo 40, cuja alíquota não será inferior à da contribuição dos servidores titulares de cargos efetivos da União.

“Art. 150 - Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

I - exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça;

II - instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, proibida qualquer distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida, independentemente da denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos;”

“Art. 195 - A seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e das seguintes contribuições sociais:

...

§ 1º - As receitas dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios destinadas à seguridade social constarão dos respectivos orçamentos, não integrando o orçamento da União.

...

§ 6º - As contribuições sociais de que trata este artigo só poderão ser exigidas após decorridos noventa dias da data da publicação da lei que as houver instituído ou modificado, não se lhes aplicando o disposto no artigo 150, III, b.”

Existe na doutrina um consenso de que as contribuições sociais enquadram-se dentro do conceito de tributo, e conseqüentemente devem obediência aos princípios aos mesmos inerentes.

Neste particular, o ilustre Paulo de Barros Carvalho, assim analisa a matéria:

“Não é de agora que advogamos a tese de que as chamadas contribuições sociais têm natureza tributária. Vimo-las sempre como figuras de impostos ou taxas, em estrita consonância com o critério constitucional consubstanciado naquilo que nominamos de tipologia tributária no Brasil. Todo o suporte argumentativo calcava-se na orientação do sistema, visto e examinado na sua integridade estrutural. Assim, outra coisa não fez o legislador constituinte senão prescrever manifestamente que as contribuições sociais são entidades tributárias, subordinando-se em tudo e por tudo às linhas definitórias do regime constitucional peculiar aos tributos.

...

Certifiquemo-nos. O artigo 146, II, prevê que as normas gerais sobre matéria tributária deverão ser introduzidas no ordenamento mediante lei complementar, dispondo, entre outros pontos, a respeito do “fato gerador”, da base de cálculo, dos contribuintes, da obrigação, do lançamento, da prescrição e da decadência (sobre a amplitude desse dispositivo falaremos depois, ao tratar-mos das normas gerais de direito tributário). O artigo 150, I, veda a possibilidade de exigir-se ou aumentar-se tributo sem que a lei o estabeleça (princípio da legalidade estrita); enquanto o inciso III consagra os cânones da irretroatividade (letra a) e da anterioridade (letra b). Por fim, o artigo 195, parágrafo 6º cuida das contribuições para a seguridade social, excepcionando o princípio da anterioridade, e fixando o termo inicial para a vigência da lei que tenha instituído ou modificado tais contribuições para 90 (noventa) dias após a data da publicação do diploma normativo.

No parágrafo único deste mesmo dispositivo (artigo 149), conferem-se poderes aos Estados, ao Distrito Federal e aos municípios para criarem contribuições, cobradas de seus servidores, para o custeio, em benefício destes, de sistemas de previdência e assistência social.

A conclusão parece-nos irrefutável: as contribuições sociais são tributos que, como tais, podem assumir a feição de impostos ou de taxas.”¹

Deste modo, exigibilidade da contribuição social previdenciária deverá atender os dispositivos constitucionais, em especial aos princípios tributários estabelecidos.

Embora tenha natureza de tributo, a contribuição social previdenciária não se confunde com imposto, e uma vez que os parâmetros balizadores de sua aplicabilidade (fato gerador, base de cálculo e contribuintes) já estão delimitados no texto constitucional, entendo desnecessária a edição de Lei Complementar, nos termos do artigo 146, inciso III, da Constituição Federal, eis que esta somente viria balizar os princípios gerais de sua incidência, e que já estão perfeitamente estabelecidos.

A Emenda Constitucional nº 41, ao alterar o texto constitucional, não fixou a alíquota a ser aplicada, tão somente fixando o limite mínimo a ser observação.

Caberá a Lei Ordinária Estadual à fixação dos elementos configuradores do tributo, determinando seu fato gerador, base de cálculo e contribuintes, em consonância com os parâmetros fixados no texto constitucional.

Neste aspecto cumpre ressaltar que a alíquota integra a estrutura do imposto (em sua base de cálculo), não podendo ser inferior à adotada pela União para contribuição dos servidores titulares de cargos efetivos da União.

Paulo de Barros Carvalho, assim analisa a questão da alíquota:

“No direito tributário brasileiro, a alíquota é matéria submetida ao regime de reserva legal, integrando

1. Curso de Direito Tributário, pág. 33-34, 10ª edição.

a estrutura da regra-modelo de incidência. Congregada à base de cálculo, dá a compostura numérica da dívida, produzindo o valor que pode ser exigido pelo sujeito ativo, em cumprimento da obrigação que nascera pelo acontecimento do fato típico. E por manter ele tão íntimo com a base de cálculo, sua presença no contexto normativo é obrigatória, visto que a grandeza mensuradora do critério material da hipótese é exigência constitucional inarredável, consoante se vê dos artigos 145, parágrafo 2º, e 154, I.”¹

Ademais, o próprio Código Tributário Nacional expressamente consigna a obrigatoriedade da alíquota ser fixada em lei:

“Art. 97 - Somente a lei pode estabelecer:

...

IV - a fixação da alíquota do tributo e da sua base de cálculo, ressalvado o disposto nos artigos 21, 26, 39, 57 e 65;

...”

Deste modo, entendo que não é auto-aplicável a previsão constitucional, necessitando da edição da Lei Estadual que fixe os elementos configuradores do imposto: fato gerador, base de cálculo (nesta inserida a alíquota própria), e contribuinte, nos termos já expostos.

S.M. Juízo, é o parecer em 13.01.2004.

(a) MARCIO LUIZ FERREIRA DA SILVA

Procurador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Em face da redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, de 31 de dezembro de 2003, ao inciso XI do artigo 37, da Constituição Federal, a remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional, no âmbito do Poder Executivo, inclusive das instituições de ensino superior, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, que estejam acima dos limites estabelecidos no artigo 7º da Lei nº 11.071, de 22 de março de 1995, não poderão exceder o valor da remuneração mensal do governador do Estado, fixada nos termos da Lei 13.981, de 26 de dezembro de 2002.

§ 1º - Para efeitos desta lei, deverá ser considerado o montante resultante da soma de remunerações ou subsídios recebidos cumulativamente em face de cargos legalmente acumuláveis, bem como da acumulação com cargo em comissão, cargo eletivo, proventos de inatividade e pensão previdenciária.

§ 2º - O limite de que trata este artigo se aplica aos proventos de aposentadoria, hipótese em que deverá ser considerado o montante resultante da soma dos proventos de inatividade decorrente de cargos acumuláveis na forma de lei, ou recebidos cumulativamente com a remuneração ou subsídio de cargo ativo, de cargo em comissão, de cargo eletivo e de pensão previdenciária.

§ 3º - Incluem-se nas disposições deste artigo os militares da ativa, da reserva remunerada, ou reformados.

§ 4º - Relativamente aos Procuradores do Estado, o teto de que trata este artigo não poderá exceder a 90,25% (noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento) da maior remuneração mensal atribuída a ministro do Supremo Tribunal Federal, limitados ao subsídio dos Desembargadores do Tribunal de Justiça do Estado.

Art. 2º - Os benefícios de pensão previdenciária pagos aos dependentes de servidores do Poder Executivo ficam sujeitos ao limite de que trata o artigo 1º desta lei.

§ 1º - Os benefícios de pensão previdenciária pagos aos dependentes de servidores do Poder Judiciário e do Ministério Público, incluídos os magistrados, membros do Ministério Público e Procuradores do Estado, não poderão exceder a 90,25% (noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento) da maior remuneração mensal em espécie atribuída a ministro do Supremo Tribunal Federal.

§ 2º - Os benefícios de pensão previdenciária pagos aos dependentes de servidores do Poder Legislativo e ao Tribunal de Contas não poderão exceder a remuneração mensal recebida em espécie pelos deputados estaduais.

§ 3º - O limite estabelecido no parágrafo anterior não se aplica aos benefícios de pensão previdenciária pagos a dependentes dos conselheiros do Tribunal de Contas, os quais, em face do disposto no parágrafo 3º do artigo 77 da Constituição Estadual, estarão sujeitos ao limite de que trata o parágrafo 1º deste artigo.

§ 4º - Para efeito do disposto nos parágrafos 1º, 2º e 3º deste artigo deverá ser considerado, quando for o caso, o montante resultante da soma dos benefícios de pensão acumuláveis na forma da lei ou recebidos cumulativamente com a remuneração ou subsídio de cargo ativo, de cargo em comissão, de cargo eletivo ou com proventos de inatividade.

Art. 3º - As remunerações, subsídios, proventos e benefícios que estejam sendo percebidos em desacordo com o disposto nesta lei deverão ser reduzidos aos limites dele decorrentes, mediante desconto do valor excedente.

Parágrafo Único - No caso de acumulações, o desconto de que trata este artigo deverá se dar de forma proporcional em cada um dos cargos, proventos, ou benefício, prevalecendo, quando houver tetos distintos, o que for maior.

Art. 4º - Todos os órgãos, entidades e unidades administrativas envolvidos no processamento das folhas de pagamento do pessoal ativo, inativo e pensionistas de todos os Poderes, da administração direta, autárquica, fundacional, inclusive Ministério Público, Tribunal de Contas, inclusive instituições de Ensino Superior e Polícia Militar, deverão, 90 (noventa) dias após a data da publicação desta lei, reter as contribuições previden-

ciárias, nos termos previstos no artigo 40, parágrafo 18 da Constituição Federal, e artigo 4º, da Emenda Constitucional nº 41, de 31 de dezembro de 2003.

Parágrafo Único - A contribuição previdenciária de que trata este artigo deverá ser destinada às contas específicas vinculadas aos Fundos Financeiros e de Previdência de que tratam os artigos 2º e 3º do Decreto 721, de 11 de maio de 1999.

Art. 5º - Em face da redação dada ao artigo 149, parágrafo 1º, pela Emenda Constitucional nº 41, de 31 de dezembro de 2003, e do disposto no artigo 99 da Lei nº 12.398, de 30 de dezembro de 1998, o cálculo das contribuições previdenciárias dos servidores ativos, inativos e pensionistas, incluídos os militares, os magistrados, os membros do Ministério Público e do Tribunal de Contas, deverá se dar nos seguintes termos:

I - em relação aos ativos, mediante a incidência do percentual de 11% (onze por cento) sobre a totalidade da remuneração ou subsídio do cargo efetivo;

II - em relação aos inativos que já estavam em gozo de benefício no dia 31 de dezembro de 2003, bem como aqueles servidores ativos que se aposentarem, a partir de janeiro de 2004, com base na legislação anterior à Emenda Constitucional nº 41 de 31 de dezembro de 2003, mediante a incidência do percentual de 11% (onze por cento) sobre a parcela dos proventos que exceda a R\$1.200,00 (hum mil e duzentos reais);

III - em relação aos pensionistas que já estavam em gozo de benefício no dia 31 de dezembro de 2003, bem como daqueles benefícios de pensão previdenciária que forem concedidos aos dependentes de servidores que tenham cumprido os requisitos para se aposentarem ou que tenham se aposentado com base na legislação anterior à Emenda Constitucional nº 41 de 31 de dezembro de 2003, mediante a incidência do percentual de 11% (onze por cento) sobre a parcela da pensão que exceda a R\$1.200,00 (hum mil e duzentos reais);

IV - em relação aos servidores ativos que se aposentarem a partir de janeiro de 2004, tendo por fundamento o artigo 40 da Constituição Federal e os artigos 2º e 6º da Emenda Constitucional nº 41 de 31 de dezembro de 2003, mediante a incidência do percentual de 11% (onze por cento) sobre a parcela dos proventos que exceda a R\$2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais);

V - em relação aos benefícios concedidos aos pensionistas vinculados a servidores que não tenham se aposentado com base na legislação anterior à Emenda Constitucional nº 41, de 31 de dezembro de 2003, ou que não atendam aos requisitos para tal, a contribuição deverá se dar mediante a incidência do percentual de 11% (onze por cento) sobre a parcela dos proventos que exceda a R\$2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais).

§ 1º - Os valores de que trata este artigo serão corrigidos na mesma data e na mesma proporção em que for corrigido o limite máximo para o valor dos benefícios do regime geral de previdência social, fixado pelo artigo 5º

da Emenda Constitucional nº 41, de 31 de dezembro de 2003.

§ 2º - Em face do disposto no artigo 2º da Lei nº 12.556, de 25 de maio de 1999, os servidores inativos que tenham se aposentado ou venham a se aposentar por invalidez, bem como os pensionistas que recebam este benefício em razão de sua invalidez estarão isentos de contribuição previdenciária de que trata esta lei.

Art. 6º - Para efeitos de cálculo da contribuição previdenciária de que trata o inciso I do artigo 5º desta lei, bem como de cálculo dos proventos de aposentadoria, transferência para reserva remunerada, reforma e pensão previdenciária, deverão ser consideradas, como remuneração do cargo efetivo, as vantagens constantes do Anexo que integra esta lei.

§ 1º - Quaisquer diferenças de vencimentos e gratificações concedidas judicialmente deverão servir de base para incidência da contribuição previdenciária.

§ 2º - Os auditores fiscais integrantes do quadro próprio da Coordenação da Receita do Estado que estejam ocupando ou venham ocupar cargo de provimento em comissão deverão ter a sua contribuição previdenciária calculada de acordo com as verbas previstas no Anexo integrante desta lei, sendo que as quotas variáveis terão como base o seu número máximo.

§ 3º - As vantagens não especificadas nesta lei, por se tratarem de vantagens não incorporáveis aos proventos de inatividade ou de natureza meramente indenizatória, não devem ser consideradas para fins de contribuição previdenciária.

§ 4º - As vantagens constantes do anexo integrante desta lei poderão ser revistas e atualizadas, mediante ato do titular, no âmbito da administração direta do Paraná, do órgão estadual responsável pela coordenação das políticas de recursos humanos e de previdência funcional.

Art. 7º - Os valores das contribuições previdenciárias de que trata esta lei, deverão ser repassados, com observância das vinculações aos Fundos de Natureza Previdenciária estabelecidas nas Lei nº 12.398, de 30 de dezembro de 1998, nos termos previstos no Decreto nº 721, de 11 de maio de 1999.

§ 1º - Caberá ao Estado repassar à ParanaPrevidência, para composição do Fundo de Previdência, os valores em espécie, atuarialmente calculados, com base nos critérios e percentuais estabelecidos no artigo 8º do Decreto nº 721/1999.

§ 2º - Os valores das contribuições de que trata esta lei, devem ser contabilizados individualmente, pela ParanaPrevidência.

Art. 8º - O servidor que complete as exigências para as aposentadorias voluntárias estabelecidas no artigo 40, parágrafo 1º, III, "a" da Constituição Federal e nos artigos 2º e 3º da Emenda Constitucional nº 41, de 31 de dezembro de 2003, desde que opte por permanecer em

atividade, fará jus a um abono de permanência equivalente ao valor da sua contribuição previdenciária.

§ 1º - O abono de permanência, de que trata este artigo, será concedido, nos mesmos termos, ao servidor que tenha cumprido todos os critérios para obtenção da aposentadoria voluntária, com proventos integrais ou proporcionais, estabelecidos na legislação vigente até 31 de dezembro de 2003.

§ 2º - O abono de permanência concedido nos termos deste artigo será devido a partir do mês em que for requerido, subsistindo até que o servidor complete os critérios para a aposentadoria compulsória.

Art. 9º - Os servidores em atividade, beneficiados pela isenção da contribuição previdenciária prevista nos artigos 3º, parágrafos 1º e 8º, parágrafo 5º da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, exceto os militares, terão, a partir do mês de janeiro de 2004, aquele benefício transformado, automaticamente, no abono de permanência de que trata o artigo anterior, com a conseqüente implantação do respectivo desconto previdenciário.

Art. 10 - O pagamento do abono de permanência de que trata esta lei correrá à conta do respectivo Poder a que o servidor estiver vinculado.

Art. 11 - Os benefícios de pensão concedidos a dependentes de segurados falecidos a partir de 31 de dezembro de 2003 deverão ser calculados nos seguintes termos:

I - em relação aos inativos, o valor da totalidade dos proventos do servidor falecido, até o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social, acrescido de setenta por cento da parcela excedente a este limite;

II - em relação aos ativos, o valor da totalidade das vantagens da remuneração do cargo efetivo em que se deu o falecimento e que foram consideradas como base para as contribuições previdenciárias, limitada ao limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social, acrescido de setenta por cento da parcela excedente a este limite.

Art. 12 - Todos os órgãos, entidades e unidades administrativas envolvidos no processamento das folhas de pagamento do pessoal ativo de todos os Poderes, da administração direta, autárquica, fundacional, inclusive Ministério Público, Tribunal de Contas, instituições de Ensino Superior e Polícia Militar, em face do disposto no parágrafo 20 do artigo 40 da Constituição Federal e no artigo 36 da Lei nº 12.398, de 30 de dezembro de 1998, deverão comunicar à Parana Previdência, no prazo máximo de 03 (três) meses, a contar da nomeação, os dados cadastrais disponíveis dos servidores nomeados para o exercício de cargo de provimento efetivo, incluindo os

magistrados, membros do Ministério Público e do Tribunal de Contas.

Art. 13 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 14 - Revogam-se as disposições em contrário.
À Diretoria Legislativa.

ANEXO

RELAÇÃO DE VANTAGENS BASE DE CÁLCULO DE CONTRIBUIÇÃO E CONCESSÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO PODER EXECUTIVO

- Vencimentos dos Cargos de Provimento Efetivo
- Adicional de Vão - AAV (Parcela Fixa)
- Devolução das Vantagens Negativas com Incidência
- Devolução do Redutor Constitucional
- Diferença de Vencimentos
- Diferença do Salário Mínimo
- Gratificação de Adicional de Tempo de Serviço
- Gratificação de Incentivo
- Gratificação de Periculosidade - Técnico de Radiologia
- Gratificação de Produtividade
- Gratificação de Representação - Polícia Civil
- Gratificação de Representação de Delegados
- Gratificação de Risco de Vida - Polícia Civil
- Gratificação Função Militar (Cursos)
- Gratificação pelo Exercício de Trabalho de Natureza Especial com Risco de Vida e Saúde com Adicional
- Gratificação pelo Exercício Especial com Risco de Vida e Saúde com Incidência
- Gratificação pelo Regime Especial de Trabalho Especial
- Gratificação Policial Militar Especial
- Prêmio Produtividade - Quotas Fixas
- Prêmio Produtividade - Quotas Variáveis - Esforço de Arrecadação
- Prêmio Produtividade - Quotas Variáveis - Esforço de Fiscalização
- Regime Diferenciado de Trabalho
- Risco de Vida Policial Militar
- Soldo de Pessoal Militar
- Tempo Integral e Dedicção Exclusiva - Polícia Civil
- Vantagem Pessoal - Lei nº 13.809/2002
- Verba de Representação
- 13º Salário

Ofícios:

Sob o nº 1057/03/DG, do senhor Newton Pohl Ribas, diretor-geral da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, em resposta ao pedido de informações, requerido pelo deputado Waldir Leite, em que pede esclarecimentos a respeito dos programas dessa Secretaria direcionados às cidades do litoral. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 624/03/AT, do senhor Waldyr Pugliesi, secretário de Estado dos Transportes, em resposta ao pedido de informações requerido pelos deputados Durval Amaral, Elio Rusch e Plauto Miró Guimarães, que pedem esclarecimentos sobre o cronograma, as metas físicas e as prestações de serviços dos contratos firmados pelo governo do Estado com as seis concessionárias do Anel de Integração. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 623/03/AT, do senhor Waldyr Pugliesi, secretário de Estado dos Transportes, em resposta ao pedido de informações, requerido pelo deputado Durval Amaral, que pede esclarecimentos sobre a extinção de 27 convênios com diversas prefeituras do Estado. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 908/2003, do senhor Henrique Naigeboren, presidente do Tribunal de Contas, em resposta ao pedido de informações, requerido pelo deputado Jocelito Canto, que pede esclarecimentos sobre planilhas de cálculo de despesas com educação - Fundef. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 1790/2003, do senhor Aldo José Parzianello, secretário de Estado da Justiça e da Cidadania, em resposta ao pedido de informações requerido pelo deputado Jocelito Canto, que pede esclarecimentos sobre detentos da Penitenciária de Ponta Grossa. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 816/2003, do senhor Luiz Eduardo Cheida, secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, em resposta ao pedido de informações requerido pelo deputado Plauto Miró Guimarães, que pede esclarecimentos sobre aplicação dos recursos do Tesouro Geral do Estado. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 731/2003, do senhor Aldair Rizzi, secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, em resposta ao pedido de informações requerido pelo deputado Plauto Miró Guimarães Filho, que pede esclarecimentos sobre destinação final dada aos recursos destinados ao curso de medicina da UEPG. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 1866/2003, do senhor Padre Roque Zimmermann, secretário de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social, em resposta ao pedido de informações requerido pelo deputado Plauto Miró Guimarães, que pede esclarecimentos sobre Programa de Distribuição de Leite, referente aos municípios de: Ribeirão Claro, Tibagi, Ipiranga, Nova Cantu, Teixeira Soares, Pirai do Sul e Ponta Grossa. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 2012, do senhor Padre Roque Zimmermann, secretário de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social, em resposta ao pedido de informações

requerido pelo deputado Plauto Miró Guimarães, que pede esclarecimentos sobre Programa de Distribuição de Leite, para o município de Imbaú. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 1991/2003, do senhor Padre Roque Zimmermann, secretário de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social, em resposta ao pedido de informações requerido pelo deputado Plauto Miró Guimarães, que pede esclarecimentos sobre Programa de Distribuição de Leite, para o município de Reserva. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 2016/2003, do senhor Padre Roque Zimmermann, secretário de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social, em resposta ao pedido de informações requerido pelo deputado Plauto Miró Guimarães, que pede esclarecimentos sobre número de creches construídas no Estado do Paraná. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº CTL/CC/028/2004, do senhor governador do Estado, comunicando haver vetado integralmente o Projeto de Lei nº 538/2003, de autoria do deputado Pastor Edson Praczyk, por julgá-lo contrário ao interesse público. **Ao conhecimento da Justiça.**

Sob o nº 006/2004, do senhor José Carlos Pain Fernandes, presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, informando liberação de recursos financeiros destinado ao programa da Educação, Quota. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 097/2004, do senhor Romeu Porto Daros, secretário Especial de Aquicultura e Pesca, comunicando liberação de recursos do convênio celebrado com a Fundação de Apoio ao Desenvolvimento Científico, no valor de R\$130.000,00 - da Concedente e R\$841.500,00 - da Conveniente, para aproveitamento de peles de peixes provenientes dos resíduos de filetagem dos pesque-pague e aquícultores da região de Maringá. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob os nºs 22 e 22-A/2004, do senhor Antônio José Gonçalves Henriques - coordenador da CGOF, informando transferências de recursos para o Fundo Municipal de Assistência Social-PR, destinados à manutenção dos Serviços Assistenciais de Ação Continuada/2003. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob os nºs CTL/CC/026 e 029/2004, do senhor governador do Estado em exercício, restituindo os Projetos de Lei nºs 365/2003 e 664/2003. **Ao conhecimento da Casa.**

Mensagem nº 006//2004, do senhor governador do Estado, encaminhando anteprojeto de lei que visa definir limites remuneratórios e forma de cálculo para contri-

buições previdenciárias dos servidores ativos, inativos e pensionistas, inclusive militares, magistrados, membros do Ministério Público e do Tribunal de Contas.

Indicação:

INDICAÇÃO Nº 007/2004

Exmos. Srs. Prefeito Municipal de Curitiba e Diretor Presidente da URBS de Curitiba.

O deputado Artagão Júnior dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - que nos horários e dias de cultos religiosos seja liberada a utilização do Estar;

II - que a liberação se dê em ambas laterais da rua em frente ao templo religioso, com faixa de extensão de 100m (cem metros).

Sala das Sessões, em 08.03.2004.

(a) ARTAGÃO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

A presente indicação visa a facilitação dos fiéis na participação de cultos religiosos, uma vez que por inúmeras oportunidades os mesmos não dão continuidade aos trabalhos religiosos ou deixam de ir à celebração em vista de aplicações de multas ou gastos com o Estar.

O estímulo à liberdade de crença religiosa e sua facilitação, como se faz com a presente indicação, proporciona à família uma educação mais centrada na religiosidade, desestimulando, ao reverso, a criminalidade e ao abandono às próprias crenças religiosas.

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 191

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER que seja retirado o item 01 da Ordem do Dia de hoje por cinco Sessões.

Sala das Sessões, em 08.03.2004.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

REQUERIMENTO Nº 192

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER que seja retirado o item 09 da Ordem do Dia de hoje por cinco Sessões.

Sala das Sessões, em 08.03.2004.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

REQUERIMENTO Nº 201

Senhor Presidente.

O líder da Bancada do Partido dos Trabalhadores, que ao final subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após aprovação do douto Plenário, em conformidade com o artigo 94, parágrafo 6º, do Regimento Interno desta Casa, a retirada de pauta, por três

Sessões, do Projeto de Lei nº 256/2003, de autoria do deputado Natálio Stica.

Sala das Sessões, em 08.03.2004.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

JUSTIFICATIVA:

Considerando que, o deputado Stica encontra-se em Brasília, acompanhando o senhor governador do Estado, se requer o adiamento do projeto de sua autoria.

REQUERIMENTO Nº 199

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com base no artigo 121, do Regimento Interno, REQUER a anexação dos Projetos de Lei nºs 739/2003 e 27/2004, que institui o Dia Estadual da Inclusão Digital, a ser comemorado no último sábado de março.

Sala das Sessões, em 08.03.2004.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 205

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, parágrafo 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o douto Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente Sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 08.03.2004.

(a) WALDIR LEITE

REQUERIMENTO Nº 204

Senhor Presidente.

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa a designação para, no dia 09 (nove) de março de 2004, representar a Assembléia Legislativa do Paraná na cerimônia do Jubileu de Ouro de Instalação da Comarca de Maringá e Reinauguração do Fórum de Maringá, às 17h, no Fórum de Maringá.

Requer, outrossim, seja promovida a justificativa da ausência da signatária na Sessão Ordinária prevista para esta data.

Sala das Sessões, em 08.03.2004.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 175

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de pesar pelo falecimento da senhora Marilene Sacks, ocorrido na data de 04/03/2004.

Desta forma, o parlamentar abaixo assinado requer sejam enviadas as mais sinceras condolências deste Poder Legislativo à família enlutada.

Nestes termos, pede deferimento.

Sala das Sessões, em 08.03.2004.

(a) FERNANDO RIBAS CARLI

REQUERIMENTO Nº 190

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento da Sra. Maria da Glória Camargo, nesta Capital.

Era uma pessoa muito querida pelos seus conhecidos, amigos e familiares, deixando muitas saudades em todos. Recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 08.03.2004.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 188

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado em Ata, votos de louvor à Gazeta do Povo, na pessoa de seu diretor Francisco Cunha Pereira Filho, pela publicação do artigo de autoria do jornalista Aroldo Murá G. Haygert intitulado “Novos e velhos caminhos explicam o tempo do Sagrado”, publicado nos dias 18 e 19 de janeiro.

Dr. Francisco mais uma vez demonstra sua preocupação em levar ao leitor diário, conhecimento e cultura, engrandecendo em muito as publicações desse jornal. Seguidamente somos brindados com “pérolas” de autoria da nossa gente que, se não fosse a sensibilidade desse grande jornalista, muitos não teriam acesso à publicação que engrandecem o conhecimento e a cultura da população curitibana e paranaense.

Esse veículo de comunicação poderia ser simplesmente um relator de notícias, pois esse é seu papel. Mas, além de relatar com autenticidade e eficiência nossas notícias atuais, diariamente somos surpreendidos com artigos, encartes e anexos que relatam a história do Paraná e sua gente, transformando-se em “livros” nas bibliotecas dos paranaenses. Junto aos inúmeros prêmios e votos de louvor e congratulações, somamos o presente para, novamente, registrar nos Anais desta Casa de Leis, o empenho, a grandeza e o alto espírito empreendedor desse empresário e jornalista. Efusivos cumprimentos deste deputado, extensivo aos demais Pares desta Casa, bem como da comunidade paranaense, consignando-se o reconhecimento de todos.

Sala das Sessões, em 08.03.2004.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 189

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado em Ata voto de louvor, congratulações e muito aplauso ao Caderno de Idéias, na pessoa do jornalista e editor Fábio Campana e equipe de reportagem que, com suas publicações mensais, têm brindado os curitibanos e paranaenses com artigos de ilustres nomes, registrando a história da nossa cidade e do nosso Estado, tornando-se um veículo indispensável nas nossas bibliotecas. Sua equipe de reportagem atuante e eficiente, resgata a memória da nossa gente, suas idéias, sua história e seu testemunho, e materializa na revista fatos que fizeram o nosso Paraná e colocam nosso Estado no cenário nacional, com o destaque merecido.

Recebam este voto de louvor deste deputado, extensivo aos demais pares desta Casa de Leis, bem como da comunidade paranaense, com votos de sucesso, consignando-se em Ata o reconhecimento de todos.

Sala das Sessões, em 08.03.2004.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 202

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Sr. Silas Ribeiro da Silva.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços por este senhor, prestados à comunidade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 08.03.2004.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 203

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Sr. Alexandre Rocha Filho.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços por este senhor, prestados à comunidade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 08.03.2004.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 180

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na Ata dos trabalhos da presente Sessão, de um voto de congratulações ao senhor

secretário de Estado da Educação, Maurício Requião, pela aprovação do Plano de Cargos e Salários dos Professores da Rede Estadual de Ensino.

Sala das Sessões, em 08.03.2004.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 183

Senhor Presidente:

O deputado que se subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, votos de parabenização pelo Dia Internacional da Mulher.

Sala das Sessões, em 08.03.2004.

(a) ANDRÉ VARGAS

REQUERIMENTO Nº 200

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, seja enviada correspondência ao Exmo. Sr. governador do Estado, Roberto Requião, sugerindo que no dia 17 de março próximo, seja transferida, provisoriamente, a sede do Governo do Estado para o município de Castro, como parte das comemorações dos 300 anos da Concessão da Sesmaria da Paragem do Iapó, primeira posse territorial dos Campos Gerais, que deu origem ao município de Castro.

Sala das Sessões, em 08.03.2004.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 181

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviada correspondência ao Exmo. Sr. governador do Estado, Roberto Requião, solicitando as seguintes informações e documentos, relativos ao Fundo de Desenvolvimento da Educação - Fundef:

a) em quanto importou o valor reservado para o Fundef no ano de 2003;

b) anexar a programação financeira, bem como o cronograma mensal de desembolso destes valores, na forma do artigo 8º da Lei Complementar nº 101/2000 - LRF;

c) como foram aplicados estes valores. Informar a categoria das despesas e os valores;

d) se as metas propostas para o ano foram alcançadas;

e) se houve falta de recursos. Que despesas foram inscritas em restos a pagar;

f) se houve sobre e se o percentual fixado em lei foi alcançado;

g) qual o montante previsto para investimento em educação no ano de 2004;

h) anexar programação financeira e cronograma mensal de desembolso para o presente ano.

Sala das Sessões, em 08.03.2004.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 186

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Companhia de Saneamento do Paraná - Sanepar, no sentido de atender o pedido da Sra. Maria Madalena Kosien, residente à Rua Tenente Coronel Muniz de Aragão nº 559 - Bairro Barreirinha, que pede a conclusão, em regime de urgência, do serviço que estava sendo feito por essa Sanepar referente ao fechamento de um buraco existente na Rua Carmelina Cavassin, esquina com a rua em que reside, ao lado de sua casa.

O buraco foi aberto no final do ano de 2003, foram construídas duas caixas de concreto e esse buraco continua aberto, favorecendo o risco de acidentes. Muitos pedestres transitam pelo local, inclusive crianças que estudam em um colégio sito nas proximidades, motivo pelo qual a Sra. Maria Madalena pede urgência no atendimento do presente. Se necessário informações complementares, recomendamos contato com a requerente pelo telefone 9116-7256.

Sala das Sessões, em 08.03.2004.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 187

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Companhia de Saneamento do Paraná - Sanepar, no sentido de atender o pedido dos moradores da Rua Dr. Francisco Natel de Camargo, - Bairro Santa Cândida, que, através de abaixo-assinado anexo, pedem a isenção do pagamento da taxa referente a ampliação da rede coletora de esgoto na rua em que residem.

Trata-se de uma área de invasão há mais de 20 (vinte) anos e os moradores são pessoas assalariadas, infelizmente sem condições de arcar com essa despesa. Se necessário informações complementares, recomendamos contato com a Sra. Maria Siqueira Dias pelo telefone 356-7833 (recados).

Sala das Sessões, em 08.03.2004.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 197

Senhor Presidente.

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado ao Exmo. Sr. Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, solicitando ao mesmo a adoção de medidas urgentes destinadas ao desarmamento da população, como medida imprescindível no combate à violência que atemoriza a sociedade brasileira.

É alarmante a quantidade de registros policiais em que armas de fogo são utilizadas não apenas na prática de delitos, mas também como fator intimidatório.

A violência armada não é só um problema de aplicação da lei e segurança nacional. Trata-se de problema de saúde pública.

A violência produzida por armas de fogo causa sofrimento imenso a amigos e familiares de milhares de mortos e feridos a cada ano.

Além dos efeitos imediatos, há as seqüelas psicológicas permanentes, a destruição de famílias e o desperdício dos já poucos recursos e serviços de saúde pública.

Segundo recente levantamento feito por Organização Não-Governamental (ONG) atuante no combate à violência, o custo econômico do tratamento de vítimas e da queda de produção econômica gerada pela perda da força de trabalho consome 10% do Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil. O Poder Público não pode ficar inerte ao descalabro urbano que revolta famílias em todo o Brasil.

É imperioso que programa permanente de desarmamento seja implantado o mais rápido possível, utilizando-se de linguagem e apelo populares com facilidade de compreensão, motivando, principalmente, os jovens, a camada da população mais facilmente dominada pelo apelo das armas, a aderir e contribuir com o sucesso desta campanha de desarmamento.

O envolvimento de entidade da sociedade civil organizada é fundamental, não apenas como agentes multiplicadores da campanha, mas também como sustentadores de suas ações, até mesmo através do recebimento de armas e do seu encaminhamento às autoridades.

É preciso desarmar porque a arma de fogo é muito mais um perigo do que uma proteção, aumentando o risco de mortos e feridos, criando uma falsa sensação de segurança. Comparado ao uso para autodefesa, uma arma guardada em casa aumenta as chances de atingir uma pessoa (na maioria das vezes crianças) acidentalmente; de ser usada em assaltos ou homicídios ou ainda, de ser usada em tentativa de suicídio.

Até mesmo os policiais, que são treinados para manusearem armas, estão sob o risco de terem suas armas usadas contra eles próprios.

Além dos fatos relatados, o uso da arma de fogo para resistir a um assalto, na verdade, aumenta as chances da vítima ser baleada e morrer.

Sala das Sessões, em 08.03.2004.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 195

Senhor Presidente.

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa, a transcrição nos anais desta Assembléia, da mensagem pelo Dia da Mulher, do Movimento Vez e Voz da Mulher - MVVM, enviado pela presidente do referido movimento, Sra. Lia Therezinha Sambatti.

Requer, outrossim, seja dado ciência ao Movimento Vez e Voz da Mulher dessa transcrição.

Sala das Sessões, em 08.03.2004.

(a) CIDA BORGHETTI

Projetos de lei:

PROJETO DE LEI Nº 042/2004

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica instituído o Dia do Técnico em Eletrônica, a ser comemorado, todos os anos no dia 15 de outubro.

Art. 2º - Dispõe-se que técnico em Eletrônica será considerado todo aquele que desenvolve atividades concernentes ao ramo de consertos, manutenção, assistência técnica, invenções ou atividades congêneres na área de produtos eletrônicos.

Parágrafo Único - O técnico em Eletrônica poderá ser graduado em nível de terceiro grau; diplomado em curso especializado em nível de segundo grau ou aquele que comprovadamente exerce atividade de forma empírica.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08.03.2004.

(a) LUIZ NISHIMORI

JUSTIFICATIVA:

O técnico em Eletrônica é um profissional que presta um serviço relevante à sociedade, reparando defeitos de produtos eletrônicos, como: televisores, rádios, ferros elétricos, torradeiras, cafeteiras, etc., prestando assim um grande serviço à coletividade.

O custo dos produtos eletroeletrônicos faz crescer a procura pela recuperação dos aparelhos caseiros, tornando a figura do técnico em eletrônica um verdadeiro defensor da economia doméstica.

Espalhados por todo o Estado, prestando serviço à comunidade, os técnicos em Eletrônica esperam comemorar o seu dia com muito orgulho.

Esperamos contar com o apoio dos demais parlamentares desta Casa para a aprovação do presente projeto.

E, mais atualmente, com a era da computação, mais e mais se utilizam dos serviços especializados do técnico em eletrônica.

A comemoração do seu dia, é uma homenagem à sua classe laboriosa e que merece o nosso respeito e a nossa consideração.

PROJETO DE LEI Nº 043/2004

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica instituído o Dia do Imigrante Japonês, a ser comemorado no dia 18 de junho de cada ano, em todo o território do Estado do Paraná.

Parágrafo Único - O dia 18 de junho é a data da chegada do navio Kasato Maru ao Brasil, trazendo os primeiros imigrantes que aqui vieram morar.

Art. 2º - Para os efeitos desta lei, imigrante japonês, é todo aquele que deixou o Japão para fixar residência no Estado do Paraná.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08.03.2004.

(a) LUIZ NISHIMORI

JUSTIFICATIVA:

No dia 18 de junho de 1908, atracava no Porto de Santos - SP, o navio Kasato Maru, trazendo para o Brasil os primeiros imigrantes japoneses, gente cheia de fé e de vontade de trabalhar, iniciando-se assim a formação da laboriosa colônia japonesa no país.

Muitos dos que desembarcaram, ficaram radicados no Estado de São Paulo; porém, um grande número veio para o Paraná, fixando residência no Norte do Estado, auxiliando na colonização paranaense.

Cambé, Londrina, Assaí, Maringá, e outros municípios paranaenses, têm como orgulho a marca do progresso implantado pela laboriosa colônia japonesa.

Foram pioneiros e mostraram-se valentes desbravadores, cultivando a terra e nela plantando e fazendo colheitas respeitadas, valorizando em muito as terras nobres da região norte do Estado.

Os japoneses trouxeram para cá, não só a marca do trabalho, mas também a sua cultura, que fazem questão de respeitar, divulgar, transmitir de pai para filho, enriquecendo em muito a cultura brasileira.

A beleza de suas festas e a exibição do seu folclore, tem encantado muitos brasileiros cada ano.

Possuidores de um alto espírito empreendedor, os japoneses deram tudo de si na construção de uma sociedade justa e forte, laborando na agricultura e no comércio, para ajudar na construção do progresso de nosso Estado.

Hoje, são milhares, já casados com brasileiros, fortalecendo ainda mais a esta nação.

Nada mais justo, do que instituir-se o "Dia do Imigrante Japonês" no Paraná, oferecendo um dia especial quando juntos poderão comemorar e relembrar a sua pátria distante, juntando a isto o seu amor à nova terra adotada por eles.

Isto dito e justificado, peço o apoio dos nobres pares desta Casa pela sua aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 044/2004

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Obrigam-se as concessionárias e revendedoras de veículos usados dentro do Estado do Paraná a manterem controle sobre as revendas, conservando escrituração de entrada e saída de veículos usados.

§ 1º - O controle será feito através de talão contendo 4 (quatro) vias.

§ 2º - A primeira via será entregue ao proprietário do veículo que deixou na concessionária ou revendedora, com data de entrega; a segunda via será remetida ao Detran, através da empresa, dentro de 5 (cinco) dias úteis; a terceira via, ao novo comprador do veículo e a quarta via ficará em poder da empresa emissora que permanecerá em seus arquivos por 5 anos.

§ 3º - O novo proprietário comunicará ao Detran sobre a aquisição do veículo no prazo que a lei estipula.

Art. 2º - A parte que não cumprir o que determina o parágrafo 2º do artigo 1º arcará com ônus que porventura possa surgir em virtude do descumprimento desta lei.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08.03.2004.

(a) ALEXANDRE CURI

JUSTIFICATIVA:

Nobres senhores parlamentares, tenho a honra de apresentar o presente projeto de lei, o qual pretende regulamentar a operação de venda de veículos pelas concessionárias e revendedoras de veículos usados do Estado do Paraná. Importante salientar que este projeto está sendo utilizado no Estado do Ceará de acordo com a Lei nº 13.329, de 17 de julho de 2003.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 045/2004

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Professores e Alunos do Centro de Artes Guido Viaro, com sede e foro na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08.03.2004.

(a) ALEXANDRE CURI

JUSTIFICATIVA:

Nobres senhores parlamentares, tenho a honra de apresentar a Associação de Professores e Alunos do Centro de Artes Guido Viaro, entidade sem fins lucrativos que muito vem contribuindo com o desenvolvimento paranaense, integrando a comunidade no que se refere ao entrosamento de pais, alunos, professores e membros da

comunidade. Importante salientar que a entidade apóia atividades culturais e artísticas, além de contribuir para a melhoria e conservação dos estabelecimentos escolares.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 046/2004

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o Clube do Vovô com sede em Sarandi e foro na comarca de Marialva.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08.03.2004.

(a) LUIZ NISHIMORI

JUSTIFICATIVA:

O Clube do Vovô, que ora encaminho para que seja declarado de utilidade pública estadual, foi fundado em 08 de agosto de 1982 e registrado no Cartório de Títulos e Documentos sob nº 111 em 18.11.82, na Comarca de Marialva. Essa entidade vem prestando relevantes serviços aos idosos do município conforma consta em relatório em anexo. Diante do exposto, esta entidade faz jus ao título pleiteado.

PROJETO DE LEI Nº 047/2004

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder executivo autorizado a efetuar Cessão de Uso à Associação de Defesa do Meio Ambiente e do Desenvolvimento de Antonina - Ademadan, do imóvel de seu patrimônio, localizado na Praça Coronel Macedo, com área de 240,00m², contendo sobrado de pedra e cal, sob Transcrição nº 899/506, Livro 4 de Transcrição dos Imóveis, no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Antonina.

Art. 2º - O imóvel de que trata o artigo 1º desta lei será cedido exclusivamente para funcionamento da Ademadan, tendo esta cessão duração até 31 de dezembro de 2006, podendo ser prorrogada de mútuo acordo entre as partes e tornando-se automaticamente sem efeito, na hipótese de alteração da finalidade aqui expressa.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 08.03.2004.

(a) WALDIR LEITE

PROJETO DE LEI Nº 048/2004

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Capoeira Farol, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 08.03.2004.

(a) ÂNGELO VANHONI

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Capoeira Farol, localizada no Bairro Boqueirão desta Capital, foi fundada em 1986 e, desde então vem desenvolvendo atividades voltadas ao esporte dentro da comunidade em que está inserida.

É instituição civil, sem fins lucrativos, possui caráter cultural, esportivo e assistencial, que ministra aulas de danças afrobrasileiras e suas congêneres a crianças com faixa etária entre 06 a 14 anos de idade, além de prestar um importante serviço à sociedade educando e prevenindo nas áreas de saúde (drogas), meio ambiente e trânsito.

Pelo seu relatório de atividades podemos verificar seu elevado espírito social e pela documentação apresentada e especificidade de suas atividades, solicitamos a sua declaração de Utilidade Pública.

PROJETO DE LEI Nº 049/2004

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica denominado Centro Administrativo Governador José Richa o conjunto de edifícios, prédios e andares destinados a abrigar as atividades administrativas e secretarias de Estado do Paraná.

Parágrafo Único - Os documentos emitidos nas repartições, autarquias e Secretarias de Estado nos termos do *caput* deste artigo, conterão além do brasão ou símbolo oficial do Estado a expressão "Centro Administrativo Governador José Richa".

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08.03.2004.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

José Richa, carioca de nascimento mas paranaense de opção, criou-se desde os cinco anos de idade em Jacarezinho onde estudou no Colégio Cristo Rei. Em Curitiba estudou no Colégio Estadual do Paraná e Odontologia na Universidade Federal.

Em 1962 foi eleito deputado federal e reeleito em 1966. Em 1972 elegeu-se prefeito do município de Londrina e em 1978 sagrou-se senador da República. Finalmente em 1982 elegeu-se governador do Estado do Paraná tendo desenvolvido extraordinário plano de ação para o desenvolvimento dos municípios e da sociedade. Sua visão de estadista levou-o a aprofundar a importância

do Estado e dos trabalhadores do setor público para a implementação de políticas públicas voltadas sobretudo para aqueles que mais necessitam do Poder Público. Visão eloqüente, buscou parcerias com a iniciativa privada, com a sociedade organizada e a população em geral tudo dentro dos critérios da seriedade e do rigor administrativo.

Deixou o governo do Estado para ocupar a vaga de senador da República.

Desempenhou papel fundamental na Assembléia Constituinte sobretudo nas propostas voltadas ao desenvolvimento sócio-econômico e a justiça social.

O presente projeto de lei visa demonstrar que a justiça, a lealdade, a generosidade, a solidariedade e a moral ainda tem espaço na vida pública.

O nome "Governador José Richa" é sem dúvida emblemático para a administração pública e para os trabalhadores do setor público do Estado do Paraná e merece todo apoio por parte desta Casa.

PROJETO DE LEI Nº 050/2004
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica criado o projeto Cultura Para Todos - Sistema de Adoção de Bibliotecas e Equipamentos Culturais por Empresas com Responsabilidade Social.

§ 1º - Para os fins desta lei, entende-se por:

1 - adoção, o vínculo estabelecido entre a empresa e o equipamento cultural, que garantirá:

a) a proteção e otimização de seu acervo;

b) a introdução de novas tecnologias;

d) a manutenção das instalações prediais em perfeito estado e em compatibilidade com o número de pessoa a ser atendido;

2 - empresas com responsabilidade social, aquelas que, através do vínculo de adoção estabelecido, passarem a contribuir material ou financeiramente para a consecução dos objetivos elencados nas alíneas do item 1 deste parágrafo.

§ 2º - A empresa poderá adotar um ou mais culturais, assim como eleger uma ou mais áreas de contribuição mencionadas nas alíneas do item 1 do parágrafo anterior, para estabelecer o vínculo da adoção.

§ 3º - Todos os materiais adquiridos pela empresa adotante em benefício dos equipamentos culturais serão doados ao Estado do Paraná, passando a integrar o patrimônio público.

Art. 2º - As empresas que aderirem ao projeto de que trata esta lei terão, durante a permanência da adesão, seus nomes afixados na entrada principal do equipamento cultural, com os seguintes dizeres: "A(s) empresa(s) zela(m) pelo SABER da comunidade".

Art. 3º - O Poder Público divulgará a relação dos equipamentos culturais passíveis de adoção, além dos respectivos editais de adesão.

Art. 4º - Todo recurso decorrente de aplicação desta lei será direcionado para as finalidades do Projeto Cultura para Todos.

Art. 5º - O Poder Executivo regulamentará esta lei.

Art. 6º - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 7º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 08.03.2004.

(a) CIDA BORGHETTI

JUSTIFICATIVA:

A matéria em exame cuida de instituir projeto que possibilite a proteção e otimização dos recursos existentes em equipamentos culturais do Estado, tais como bibliotecas, centros culturais, casas de cultura, museus, teatros, através de adoção por empresas com responsabilidade social, na forma detalhada na propositura.

Por maiores que sejam os recursos públicos destinados à área cultural, é certo que os mesmos ficam aquém dos níveis que seriam ideais. Assim, revela-se altamente adequado o desenvolvimento de projetos como o exposto neste plano de lei, visando a possibilidade de contribuição por parte de empresas, material ou financeiramente, para a manutenção e melhoria dos recursos existentes nos diversos equipamentos culturais.

Medidas dessa natureza ajudam a entender os reclamos das comunidades atendidas, bem assim às demandas decorrentes das inovações tecnológicas, sem que isso represente ônus para os cofres públicos.

A relevância da matéria, diante do interesse público nela contido, permitem a plena convicção do apoio dos nobres pares desta Assembléia Legislativa.

PROJETO DE LEI Nº 051/2004
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica criado o programa "A Serra vai à Praia e a Praia visita o Interior", no âmbito do Estado do Paraná.

Art. 2º - O programa disposto no artigo anterior, totalmente gratuito, envolverá as escolas da Rede Pública de ensino fundamental, médio e de 2º grau.

§ 1º - Poderão se inscrever alunos matriculados em qualquer série do ensino fundamental, médio e de 2º grau da rede pública.

§ 2º - A ordem de preferência para participação no programa será definida pela média global obtida pelos alunos inscritos, em todas as disciplinas da respectiva grade escolar.

§ 3º - Os primeiros participantes serão selecionados sempre de acordo com o aproveitamento escolar, ou seja, terão prioridade aqueles que obtiverem maiores médias escolares, vindo, na seqüência, os inscritos com notas imediatamente menores.

Art. 3º - O programa será realizado nos meses de janeiro e julho de cada ano.

§ 1º - Durante o mês de janeiro, o programa levará estudantes residentes no interior do Estado em visita ao litoral.

§ 2º - Durante o mês de julho, o programa levará estudantes residentes no litoral em visita ao interior do Estado.

§ 3º - O transporte desses estudantes será feito sempre em coletivos de propriedade do Poder Executivo Estadual ou a ele cedido, gratuitamente, por empresas privadas que se proponham a apoiar ou patrocinar o programa.

§ 4º - Cada grupo de participantes poderá permanecer no local visitado até uma semana.

Art. 4º - Os estudantes selecionados para o programa ficarão alojados nas escolas públicas situadas no local visitado ou em alojamento oferecido pela prefeitura do município visitado ou, ainda, alojamentos oferecidos pelo empresariado local.

Parágrafo Único - A unidade educacional ou alojamento que receber os visitantes será responsável, também, pelo fornecimento de quatro refeições diárias (café da manhã, almoço, lanche vespertino e jantar), para todos, considerando estudantes e acompanhantes, bem como pela cessão de acomodações adequadas para banho, higiene pessoal e local para dormir, observadas as necessidades masculinas e femininas.

Art. 5º - Os estudantes selecionados para a viagem de intercâmbio objeto desta lei deverão estar acompanhados por monitores - professores de educação física, geografia, história e ciências.

§ 1º - Os monitores receberão pagamento de diárias, para fins compensatórios de trabalho extraordinário.

§ 2º - Os monitores com formação em educação física serão responsáveis pela programação de atividades de lazer dos estudantes visitantes.

§ 3º - Os monitores com formação em geografia e ciências serão responsáveis pela programação cultural oferecida aos estudantes, no que se refere às características do município visitado (processo de urbanização, relevo, clima, vegetação, vida animal entre outros ensinamentos, incluindo trabalho de campo).

§ 4º - Os monitores com formação em história serão responsáveis pela programação cultural oferecida aos estudantes, no que se refere ao resgate histórico do município visitado, incluindo visitas a pontos históricos, museus e bibliotecas locais.

Art. 6º - Ao retornarem às suas cidades de origem, os estudantes deverão produzir trabalho ou relatório sobre a visita realizada, orientada pelos monitores, com vistas a transmitir suas experiências aos colegas, bem como integrar ao acervo das unidades escolares, para consulta.

Art. 7º - As despesas decorrentes da aplicação desta lei deverão correr à conta da Secretaria de Estado de Educação, cabendo, se necessário, suplementação para este fim.

Art. 8º - O Poder Executivo regulamentará esta lei, num prazo de 120 (cento e vinte) dias, a partir da data da sua publicação.

Art. 9º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08.03.2004.

(a) MAURO MORAES

JUSTIFICATIVA:

Esta lei traz como objetivo, a intenção de contribuir objetivamente para a queda dos índices de repetência e de evasão escolar, no âmbito do Estado do Paraná. Conforme dados do Ministério da Educação, um em cada cinco alunos brasileiros do ciclo básico, foi reprovado no ano de 2002. A repetência entre os estudantes do ensino médio cresceu consideravelmente. Segundo o Ministério da Educação, de 2000 para 2001 a taxa de repetência no ensino médio atingiu 18,6%. De 2001 para 2002, 20,2% repetiram o ano - cerca de 1,7 milhão de alunos.

Este percentual estava em processo de redução até a virada de 2000, quando voltou a crescer. No ensino fundamental, houve queda no índice de repetência, após três anos de sucessivos pequenos aumentos. Entre 2000 e 2001, estava em 21,7% e caiu para 20% em 2001/2002 - cerca de 7 milhões de estudantes. O número de alunos que deixaram a escola no ensino médio cresceu, passando de 6,9% para 8,0%. No ensino fundamental, foi de 4,8% para 4,9%.

Considerando que o Ministério da Educação pretende combater a evasão escolar e a repetência, fazendo um "pacto pela educação de qualidade" com estados e municípios e, com vistas a oferecer incentivo aos estudantes para que estes não se afastem da escola, bem como possam ampliar seus conhecimentos culturais, através da troca de informações e experiências, fica justificada a apresentação do presente projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE (**Hermes Brandão**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, Indicação nº 007/2004, de autoria do deputado Artagão Júnior, constante do expediente, propondo a liberação do Estar nas áreas e horários de cultos religiosos. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Projeto de lei de autoria do deputado Mauro Moraes, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria da deputada Cida Borghetti, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Hermas Brandão, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Ângelo Vanhoni, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Waldir Leite, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei em nº de 03 (três) de autoria do deputado Luiz Nishimori, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei em nº de 02 (dois) de autoria do deputado Alexandre Curi, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

ITEM 01

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 268/2003, de autoria do deputado Augustinho Zucchi, que altera o item III, e inclui o item IV, no artigo 5º, e altera o item I do artigo 10 da Lei nº 12020 de 09 de janeiro de 1998 do Poder Executivo. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF.**

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 191, de autoria do deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 05 (cinco) Sessões. **Aprovado.** Fica portanto, adiada a discussão por 05 (cinco) Sessões do Projeto de Lei nº 268/2003.

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 380/2003, de autoria do deputado Waldir Leite, que torna obrigatória a anexação das cópias das notas fiscais nos processos da Carteira Nacional de Habilitação junto ao Detran-PR. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E SP. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CF. EMENDAS DE PLÊNÁRIO - COM PARECER DA CCJ. Aprovado o Substitutivo Geral da CF, artigo por artigo. Aprovada a emenda.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA MODIFICATIVA AO

PROJETO DE LEI Nº 380/2003

P A R E C E R :

Histórico

A Emenda Modificativa ao Projeto de Lei nº 380/2003, de autoria do deputado Waldir Leite, que torna obrigatória a anexação das cópias das notas fiscais, nos processos da Carteira Nacional de Habilitação junto ao Detran-PR.

Fundamentação

A Emenda Modificativa altera o artigo 2º do presente projeto de lei, que carece de esclarecimentos. Sendo oportuno e de bom alvitre fazer a mudança.

Conclusão

Pelo exposto, opino favoravelmente à sua regular tramitação.

Sala das Comissões, em 08.12.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

Apoioamento:

Duílio Genari, Marcos Isfer, Delegado Bradock, Elton Carlos Welter, Neivo Beraldin, Antonio Anibelli, Jocelito Canto, Chico Noroeste, Durval Amaral.

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 500/2003, de autoria do deputado Durval Amaral, que altera a redação do artigo 3º da Lei nº 7962, para permitir que os conselhos escolares e as associações de pais e mestres, regulamentem o uso do uniforme escolar na rede pública estadual de ensino. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CECE. COM EMENDA DA CCJ. Aprovada a emenda da CCJ, artigo por artigo.**

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 543/2003, de autoria do deputado Vanderlei Iensen, que altera a Lei nº 8.852, de 27 de julho de 1998, que proíbe fumar em recintos fechados e dá outras providências. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CSP. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ.**

Sobre o referido projeto, Emendas de Plenário, em nº de 03 (três) de autoria de vários deputados, devidamente apoiadas, no seguintes termos:

EMENDA MODIFICATIVA DE PLÊNÁRIO, DE Nº 01
AO PROJETO DE LEI Nº 543/2003

Modifica o inciso V do artigo 1º do presente projeto de lei passando os mesmos a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º -...

I -...

II -...

III -....

IV -...

V - Restaurantes, bares e assemelhados, excetuando-se as tabacarias.

Sala das Sessões, em 08.12.2004.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

Apoioamento:

Nelson Justus, Antonio Anibelli, Elza Correia, Marcos Isfer

EMENDA DE PLENÁRIO, DE Nº 02

Suprime-se do artigo 1º, inciso V do Projeto de Lei 543/2003 a proibição de fumar em bares e assemelhados.

Sala das Sessões, em 08.03.2004.

(a) NATÁLIO STICA

Apoioamento:

Cleiton Kielse, Renato Gaúcho, Elton Carlos Welter, Mauro Moraes.

JUSTIFICATIVA:

É sabido que o cigarro acarreta inúmeros danos à saúde da nossa população e que o tabagismo leva todos os anos milhares de brasileiros a uma morte precoce.

É indiscutível que o Projeto nº 543/2003 é um grande avanço no combate ao vício do fumo em nosso Estado. Medidas como esta trazem uma grande discussão sobre os malefícios do tabagismo e uma sensível diminuição no consumo do cigarro em locais de grande concentração de pessoas.

Devemos, porém, ponderar quanto ao alcance desta medida. Em uma análise mais profunda perceberemos que os maiores prejudicados com a aprovação do projeto em questão, da forma que foi apresentado, serão os pequenos empresários donos de pequenos bares e armazéns, que sem capital para construir salas especiais nos padrões exigidos pelo projeto em questão perderão sua clientela para grandes bares e lanchonetes, o que virá a gerar queda de faturamento dos estabelecimentos, queda de arrecadação do Estado e conseqüentemente demissões.

Para evitar prejuízo aos pequenos empresários, que também empregam e ajudam dignamente a mover a economia do nosso Estado, que este deputado propõe a presente emenda.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO, DE Nº 03

O parlamentar que subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais propõe a seguinte emenda modificativa ao Projeto de Lei nº 543/2003 de autoria do deputado estadual Vanderlei Iensen, passando o projeto a tramitar da seguinte maneira:

Art. 1º - Altera a Lei nº 8852, de 27 de julho de 1988, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º - Fica proibido fumar nos recintos coletivos e edificações abaixo relacionados:

I - hospitais, maternidades, clínicas, consultórios médicos, consultórios odontológicos e laboratórios;

II - cinemas, teatros, auditórios, museus, bibliotecas, salas de aula públicas e particulares, salas de conferência e de convenções;

III - elevadores de prédios públicos, residenciais, comerciais e industriais;

IV - veículos de transporte coletivo intermunicipal e ambulâncias;

Parágrafo Único - entende-se por recinto coletivo o local fechado, destinado a permanente utilização por várias pessoas. São excluídos deste conceito, os locais abertos ou ao ar livre, ainda que cercados ou de qualquer forma delimitados em seus contornos.

Art. 2º - Nos estabelecimentos acima mencionados poderá ser permitido fumar em área destinada a este fim, adequadamente isolada e com arejamento suficiente.

Parágrafo Único - Entende-se por área adequadamente isolada aquela que no recinto coletivo for destinada aos fumantes, separada da destinada aos não-fumantes, por qualquer meio ou recurso eficiente que não permita a transição da fumaça.

Art. 3º - Em todos os estabelecimentos deverão ser colocados cartazes ou avisos com os dizeres PROIBIDO FUMAR, bem como a utilização do sinal internacional de proibição de fumar nos locais públicos onde for comum a presença de estrangeiros ou analfabetos.

Parágrafo Único - Em recinto com área superior a 50 m2 (cinquenta metros quadrados) os cartazes ou avisos a que se refere este artigo deverão repetir-se na proporção de 01 (um) para cada 50 m2 (cinquenta metros quadrados), ou fração excedente.

Art. 4º - A efetivação da proibição e a colocação dos cartazes ou avisos mencionados no artigo 3º, desta lei deverão ser feitas no prazo de 90 (noventa) dias da sua vigência.

Art. 5º - Fica proibida a comercialização de fumo ou tabaco em órgãos públicos e estabelecimentos de ensino da rede pública e privada.

Art. 6º - O Poder Executivo regulamentará a presente lei e suas penalidades no prazo de 60 (sessenta) dias contados da data de sua publicação.”.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08.03.2004.

(a) MARCOS ISFER

Apoioamento:

Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Martins, Valdir Rossoni, Barbosa Neto e 2 ilegíveis.

JUSTIFICATIVA:

Apesar de estarmos cientes dos malefícios causados pelo tabagismo, bem como dos resultados das inúmeras pesquisas que apontam o cigarro como causa-

dor de um desmedido número de mortes e doenças, não podemos olvidar que inúmeros estabelecimentos comerciais, principalmente as casas noturnas, bares e restaurantes, sofrerão perdas incalculáveis, tendo em vista que grande parte de seus clientes são fumantes.

Ademais, não é a simples proibição de fumar que fará com que diminuam os números de mortes ocasionadas por doenças originadas pelo cigarro. Deve-se, para tanto, realizar um trabalho de conscientização tendo em vista que a iniciativa de parar de fumar deve partir do próprio fumante.

O projeto retorna à CCJ.

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 605/2003, de autoria do deputado Plauto Miró, que institui o Dia e a Semana Estadual do Tropeiro. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CECE E CT. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do projeto de Lei nº 699/2003, de autoria do deputado Reni Pereira, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Corredores de Rua de Curitiba - Acorba, com sede e foro nesta comarca de Curitiba. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 048/2003, de autoria do deputado Cleiton Kielse, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Agropecuaristas da Estrada Corcovado, com sede e foro no município de Pérola. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 001/2004, de 18/02/2004).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 048/2003

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela, de autoria do deputado Cleiton Kielse, declara de Utilidade Pública a Associação dos Agropecuaristas da Estrada do Corcovado, com sede e foro no município de Pérola.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pelas Leis nºs 8589/87 e 12.816/99, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 02.12.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 256/2003, de autoria do deputado Natálio Stica, que altera o artigo 4º da Lei 11.280, de 26 de dezembro de 1995, que dispõe sobre o tratamento tributário pertinente ao Imposto sobre a Pro-

priedade de Veículos Automotores - IPVA. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. **(Publ. no DA nº 031/2003, de 12/05/2003).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 256/2003

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 256/2003, de autoria do deputado Natálio Stica, que tem por escopo alterar o artigo 4º da Lei nº 11.280, de 26 de dezembro de 1995, que dispõe sobre o tratamento tributário pertinente à propriedade de veículos automotores - IPVA.

O condão que se utiliza o presente projeto de lei, para fazer ponte à sua transformação em norma positivada, aduz que se deve implantar uma alíquota menor para a tributação de veículos automotores movidos a gás, o que criaria uma alternativa de consumo menos onerosa à população que se utiliza do automóvel como meio de locomoção.

O incentivo ao uso do gás natural como combustível seria de elevada importância, já que tornaria o uso do veículo a gás economicamente mais vantajoso e também menos poluente. Ainda mais, fica apregoado que com a sanção do presente projeto de lei, empregos serão criados devido à nova demanda que se venha a instituir.

Tendo em vista a situação ora traduzida, este parlamentar manifesta-se de modo favorável em vista da constitucionalidade e oportunidade de seu objeto. É mister ainda resplandecer que, para que não se agatanhe a legislação correspondente ao caso, deve-se fazer uma ressalva no que tange à alteração pretendida.

Como bem é lembrado, a Lei nº 101/2000 traz a obrigatoriedade de apresentação de um estudo do impacto orçamentário que a pretensa redução tributária venha a acarretar. É notório que o objetivo do projeto de lei ora sopesado, visa o incentivo ao uso do veículo a gás natural veicular através de incentivo fiscal, já que equipara a alíquota deste tipo de transporte à menor percentagem trazida pela Lei nº 11280/95, ou seja, 1% (um por cento). Desta maneira as conseqüências que esta redução irá ocasionar, deve ser objeto de estudo, quer seja pelo autor do projeto de lei, ou pela Comissão de Finanças desta Casa de Leis.

Sendo assim, não adentrando ao mérito do projeto de lei, nada mais observa este parlamentar que, neste instante possa impedir a normal tramitação nesta Casa de Leis.

Sala das Comissões, em 10.06.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

MARCOS ISFER - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 256/2003

P A R E C E R :

Relatório

O presente Projeto de Lei nº 256/2003, de autoria do deputado Natálio Stica, tem por objetivo alterar o artigo 4º da Lei nº 11.280 de 26 de dezembro de 1995 que dispõe sobre o tratamento tributário pertinente ao Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA.

Fundamentação

Quanto ao aspecto constitucional e legal da matéria objeto deste parecer, a Comissão de Constituição e Justiça posicionou-se favoravelmente, por não encontrar nenhum óbice para sua tramitação.

Chamada esta Comissão a se manifestar, conforme dispõe o parágrafo 3º do artigo 33, do Regimento Interno desta Casa de Leis, não há nada que venha obstar o presente objeto em análise.

Sendo assim, somos pelo parecer favorável ao encaminhamento do duto Plenário.

Sala das Comissões, em 01.12.2003.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente

VANDERLEI IENSEN - Relator

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 201, de autoria do deputado Padre Paulo Campos, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 03 (três) Sessões. **Aprovado.** Fica portanto, adiada a discussão por 03 (três) Sessões do Projeto de Lei nº 256/2003.

O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem)

Senhor presidente, depois de 120 dias recebi a resposta da Secretaria da Comunicação e a resposta é muito vazia. Não farei a leitura hoje. Mas vou encaminhar ao governador um ofício, vou pedir para a Dra. Lídia que encaminhe um ofício ao governador para ver se o governador se satisfaria com esta resposta. É uma vergonha a resposta da Secretaria da Comunicação. Eles estão achando que estão tratando com deputado que pelo menos não é analfabeto.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - Projeto de Lei nº 422/2003, de autoria dos deputados Barbosa Neto e Ratinho Júnior, que altera a alínea "b" do inciso I, e acresce o inciso VII ao artigo 14 da Lei nº 11.580/96 (Lei do ICMS). PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM EMENDAS DA CCJ. (Publ. no DA nº 058/2003, de 11/08/2003).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 422/2003

P A R E C E R :

Histórico

O Projeto de Lei nº 422/2003, de autoria dos deputados Barbosa Neto e Ratinho Júnior, altera a alínea "b" do inciso I, e acresce o inciso VII ao artigo 14 da Lei nº 11.580/96 (Lei do ICMS).

Fundamentação

O projeto de lei introduz duas modificações na Lei Estadual do ICMS.

A primeira visa conceder isenção do referido imposto quando da aquisição de armas de fogo e munições por parte das forças armadas e órgãos de segurança pública do Estado.

O projeto não pode conceder este benefício fiscal, tendo em vista que se encontra em desacordo com o disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal que assim dispõe:

"Art. 14 - A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário - financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias e pelo menos uma das seguintes condições:

I - demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, na forma do artigo 12, e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias;

II - estar acompanhada de medidas de compensação, no período mencionado no *caput*, por meio de aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

§ 1º - A renúncia compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção de caráter geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique em redução discriminada de tributos ou contribuições e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.

§ 2º - Se o ato de concessão ou ampliação do incentivo ou benefício de que trata o *caput* deste artigo decorrer da condição contida no inciso II, o benefício só entrará em vigor quando implementadas as medidas referidas no mencionado inciso."

O presente projeto está desacompanhado da estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes bem como não apresenta medidas de compensação para a renúncia de receita proposta. A segunda modificação proposta na lei é que seja aumentada alíquota do imposto para 150% (cento e cinquenta por cento) quando as armas de fogo e munições forem adquiridas por particulares.

Não existe limitação para esta alíquota, estando amparada pelo ordenamento jurídico a proposição quanto a este tocante.

Da Conclusão

Pelo exposto, opino favoravelmente à sua regular tramitação, na forma da emenda supressiva em anexo.

Sala das Comissões, em 04.11.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 422/2003

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 422/2003, de autoria dos senhores deputados Ratinho Júnior e Barbosa Neto, tem por desígnio alterar a alínea “b” do inciso I, e acrescentar o inciso VII ao artigo 14 da Lei nº 11.580/96 (Lei do ICMS).

Deve-se aclarar que o projeto de lei encontra-se formalmente em consonância com os quesitos legais e constitucionais exigidos para a sua transformação em lei. Neste diapasão, devemos sopesar também sobre a viabilidade financeira do referido projeto, na realidade hodierna.

Destarte, devemos elucidar que medidas drásticas deverão ser tomadas para conter a violência que acomete o nosso Estado. Neste contexto, a criação de óbices para a aquisição de armas de fogo, contribuirá de forma efetiva para a redução da criminalidade.

Diante da situação ora gizada este parlamentar manifesta-se de modo favorável em vista da possibilidade financeira desta medida. Vale articular que, não adentrando ao mérito do projeto de lei, nada observa este parlamentar que, neste instante, possa impedir a normal tramitação nesta Casa de Leis.

Sala das Comissões, em 08.06.2003.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente
MARCOS ISFER - Relator

EMENDA SUPRESSIVA DA CCI

O Projeto de Lei nº 422/2003, passará a ter a seguinte redação:

“Art. 1º - Fica acrescida ao Artigo 14 da Lei nº 11.580 o inciso VII com a seguinte redação:

Art. 14 - *omissis*

VII - Alíquota de 150% (cento e cinquenta por cento) para as operações com os seguintes bens:

a) armas de fogo e munições, suas partes e acessórios classificados no Capítulo 93 da Nomenclatura Brasileira de Mercadorias - Sistema Harmonizado NBM/SH.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.”

Sala das Comissões, em 04.11.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

Apoioamento:

Hermes Fonseca.

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 192, de autoria do deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 05 (cinco) Sessões. **Aprovado.** Fica portanto, adiada a discussão por 05 (cinco) Sessões do Projeto de Lei nº 422/2003.

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - Projeto de Lei nº 700/2003, de autoria do deputado Tadeu Veneri, que declara de Utilidade Pública a APARTEdq - Associação Paranaense de Terapeutas em Dependências Químicas, com sede e foro nesta Capital. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCI. (Publ. no DA nº 100/2003, de 25/11/2003).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 700/2003

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela, de autoria do deputado Tadeu Vener, declara de Utilidade Pública a Associação Paranaense de Terapeutas em Dependências Químicas - APARTEdq, com sede e foro nesta Capital.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 08.12.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Sobre a mesa, Requerimento nº 145, de autoria dos deputados Jocelito Canto e Plauto Miró Guimarães, constante do expediente de Sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 159, de autoria do deputado Geraldo Cartário, constante do expediente de Sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 175, de autoria do deputado Fernando Ribas Carli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 180, 181 e 200, de autoria do deputado Jocelito Canto, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 183, de autoria do deputado André Vargas, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 186 a 190, de autoria do deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 195, 197 e 204 de autoria da deputada Cida Borghetti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 199, de autoria do deputado Hermas Brandão, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 202 e 203, de autoria do deputado Barbosa Neto, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 205, de autoria do deputado Waldir Leite, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Quero participar aos parlamentares também que às 17h00 teremos uma Sessão Solene em homenagem ao ministro do Supremo Tribunal de Justiça, Marco Aurélio de Mello, quando receberá homenagem máxima do Estado do Paraná, ou seja, título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 09, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 078, 158, 292, 387 e 574/2003.

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 380 e 500/2003.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 048 e 700/2003.

Levanta-se a Sessão.

Transcrição:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DA SRA. DEPUTADA CIDA BORGHETTI, EM SESSÃO DO DIA 08 DE MARÇO DE 2004.

“Movimento, Vez e Voz da Mulher”

Lia Therezinha Sambatti

Este 2004 é para ser no Brasil - o Ano da Mulher - por lei federal já sancionada.

Temos, nós mulheres, várias datas no decorrer dele, conferências municipais, estaduais e nacionais, além dos grandes encontros internacionais que já ocorreram.

É interessante refletir sobre esta profusão de discursos e “homenagens”.

Se tudo fosse justo e tranqüilo, numa idêntica ou similar situação para homem-mulher, numa parceria comprometida com a vida, com a família e o mundo, sem exclusões, tais eventos seriam, por certo, desnecessários. E o pior é que, só em meados do século passado deu-se conta da grande desigualdade existente, e, neste início de 3º milênio da humanidade, os fatos citados anteriormente se avolumam, ganham número e peso e, esperam-se resultados afirmativos mais abrangentes.

Já se escreveu, falou e gritou, até chorando, muitas vezes sobre a situação problemática sofrida pela mulher. Parece que as forças do poder, nos mais variados campos

e posições da hierarquia social, não têm mães, nem esposas, nem filhas... ou não as amam e respeitam.

A verdade é que, na sociedade existem “nichos” resguardados e protegidos, onde estão algumas mulheres. Às demais, são milhões e milhões, restam as várias jornadas de trabalho, a discriminação salarial, a responsabilidade de provedora e educadora única de um terço dos lares do mundo.

Restam também as idéias medievais de seu homem “lavar a honra” com seu anonimato, de ser estuprada, de ser maltratada física, moral e emocionalmente.

E a sociedade dissimulada a chama de “rainha do lar”, lar no qual precisa de autorização do pai ou do marido, não importa a idade que tenha, até para estudar e trabalhar fora; negando-lhe a alegria de ser senhora se si (como eles o são), artesã de sua história, como o homem procura e é. E os depoimentos que se ouve, dizem da alegria de poder ser alfabetizada, de ser pessoa, gente, só quando eles morrem... Escravidão de hoje, mulheres pobres e ricas... Sem igualdade de oportunidades, privadas assim da liberdade e do conhecimento. Não alcançando assim a independência econômica que permite a autonomia em outras esferas, e, deste modo, poder conversar de igual para igual com seu parceiro e com a sociedade. Este reflexo que é do sistema de supervalorização do capital, do econômico, encobrindo os demais bens, valores não palpáveis, mas mais profundos: respeito, sabedoria, competência, bondade e tantos outros.

Eis o porquê desta mensagem. É preciso que se tenha um amor radical pelo ser humano, sobretudo por aquele que sofre, sofrimentos impingidos, não pela fatalidade, mas pelo egoísmo maldade, insensibilidade.

Há, felizmente, também outro lado.

Mesmo na conjuntura que se desenhou até aqui, há a coragem de dizer: sou mulher, gosto de seu mulher. Coragem que vem da importância não só de dar à luz biologicamente, mas de poder iluminar com gestos e palavras, com esperança e disponibilidade, não só seu mundo restrito, mas com o coração na grande humanidade sofredora, e na própria Terra. Os movimentos ambientalistas atestam neles a grande participação do gênero feminino.

Às vezes parecendo andar na contramão, pois sabe que, dialeticamente, é preciso seguir o sentido contrário do rio para se descobrir a fonte. A paz e o amor. O respeito e a justiça são frutos do trabalho, da doação, mas também do direito.

Hoje, como ontem, é difícil ser mulher. Nesse contexto todo, viver mulher é, pois, desafio empolgante, ser participante dessa transição e construção, abrindo janelas num paradigma mais igualitário, para que todos possam ser felizes.

Essas idéias hão de se multiplicar sempre, pois como escreveu Fernando Pessoa: “a lua em cada lago brilha, porque, alta, vive”. Essas idéias proliferam - se em todo o mundo, porque condizem com o que de mais humano (de mais divino) a pessoa tem.

No que se refere ao ser humano não se pode ser omissos em relação aos fatos que aniquilam e estrangulam a vida.

A denúncia e o anúncio de um novo mundo e diferentes caminhos é obrigação das pessoas conscientes de seu tempo, pois ignorá-los é uma maneira de abster-se da vida.

Ainda se tem longa estrada a percorrer, vastos territórios a ocupar também, mas para algumas foi um porto

seguro, na rearrumação geral das categorias arcaicas de organizar o mundo.

Por isso é válida a discussão e a construção do espaço feminino, da ética feminina, diferente da masculina, quanto estereotipada e ultrapassada. Teses geram antíteses, e a humanidade se aperfeiçoa nas novas sínteses que elaboram - homens e mulheres - em conjunto.